

Colônia Maria Luiza
Paranaguá | PR

Comunidade do Amparo
Paranaguá | PR

Comunidade de Canhembora
Morretes | PR

Comunidade Cachoeira
Antonina | PR

COMUNIDADES E ESCOLAS DO CAMPO DO LITORAL DO PARANÁ Caderno Pedagógico

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA
MARGEM
WVBEW
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA




universidade
sem fronteiras


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE

COMUNIDADES E
ESCOLAS DO CAMPO
DO LITORAL DO PARANÁ
Caderno Pedagógico

Capa

Moai Comunicação

Foto da Capa

Os Autores

Organizado por

João Guilherme de Souza Corrêa

Luana Carla Bernardo

Capítulos

Luana Carla Bernardo

João Guilherme de Souza Corrêa

Michelle Cristina Correia Alves

Vitória Costa da Silva Ferreira

Junior Dias de Miranda

Hérika Meira de Moraes

Diagramação

Moai Comunicação

C741

Comunidades e escolas do campo do litoral do Paraná /

Organização: João Guilherme de Souza Corrêa; Luana Carla Bernardo – Paranaguá: UNESPAR, 2022.
100 p. (Caderno Pedagógico)

ISBN: 978-65-86807-30-1 (Edição Digital)

ISBN: 978-65-86807-29-5 (Edição Impressa)

1. Educação do campo - Paraná. II. Comunidades camponesas (PR). I. Corrêa, João Guilherme de Souza (Org.). II. Bernardo, Luana Carla (Org.) III. Série.

CDD 370.91734098162
23. ed.

Ficha catalográfica elaborada por Leocilêa Aparecida Vieira – CRB 9/1174.



Documento Licenciado sobre a Licença Creative Commons (CC BY-NC-SA), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

COMUNIDADES E ESCOLAS DO CAMPO DO LITORAL DO PARANÁ Caderno Pedagógico

1ª Edição
Paranaguá / Paraná

Os autores

Claudenir Dias de Miranda Junior



Possui graduação em Tecnologia em Gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (2017). É graduando no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Unespar campus Paranaguá e bolsista do projeto de extensão “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: intercambio de saberes”.

Luana Carla Bernardo



Pedagoga formada pela Unespar-Paranaguá (2021). Possui especialização em Gestão Escolar. Cursando a licenciatura em História. Bolsista do projeto de extensão “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: intercambio de saberes”.

Herika Meira de Moraes



Graduanda em Pedagogia pela Unespar-Paranaguá e bolsista do projeto de extensão “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: intercambio de saberes”.

Michelle Cristina Correia Alves



Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo IFPR. Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo IFPR. Estudante de Licenciatura em Pedagogia na Unespar-Paranaguá e bolsista do projeto de extensão “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: intercambio de saberes”.

João Guilherme de Souza Corrêa



Doutor em Ciências Sociais, professor do curso de Pedagogia da Unespar-Paranaguá e orientador/coordenador do projeto de extensão “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: intercambio de saberes”.

Vitória Costa da Silva Ferreira



Graduanda em Pedagogia pela Unespar-Paranaguá e bolsista do projeto de extensão “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: intercambio de saberes”.



Lista de siglas e abreviaturas

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AMORISA – Associação de moradores do Rio Sagrado

APA – Área de Preservação Ambiental

APRUMPAR – Associação dos Produtores Rurais de Paranaguá

ASA – Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de Água

ASPRAN – Associação dos Produtores Rurais de Antonina

CAGEPAR – Serviço de água, esgoto e serviço concedidos do Litoral do Paraná

CEASA – Central de Abastecimento

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DAP – Declaração de aptidão ao PRONAF

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER-PR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundepar – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional

IAPAR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTB – Mountain Bike

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

RCO – Registro de Chamada Online

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAARA – Microsistema de Abastecimento de Água de Cachoeira

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná



Sumário

Prefácio.....	8	3. A comunidade de Canhembora em Morretes.....	56
Apresentação.....	10	3.1. Vozes da Comunidade.....	59
1. A colônia Maria Luiza em Paranaguá.....	14	3.2. Escola Rural Municipal de Canhembora.....	61
1.1. Vozes da Comunidade.....	18	3.2.1. Desafios da comunidade escolar.....	63
1.2. Escola Municipal do Campo José Chemure.....	20	3.3. Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade.....	64
1.2.1. Desafios da comunidade escolar.....	22	3.4. Outras questões e demandas por melhorias.....	69
1.2.2. Perspectivas para a Educação do Campo.....	22	Agradecimentos.....	70
1.3. Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade.....	25	Notas.....	71
1.4. Outras questões e demandas por melhorias.....	32	Referências.....	72
Agradecimentos.....	34	4. A comunidade Cachoeira em Antonina.....	73
Notas.....	35	4.1. Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.....	78
Referências.....	36	4.1.1. Vozes da comunidade.....	80
2. A comunidade do Amparo em Paranaguá.....	37	4.2. Escola Rural Municipal Professora Olímpia Breyer.....	81
2.1. Vozes da comunidade.....	43	4.2.1. Desafios da comunidade escolar.....	84
2.2. As escolas da comunidade.....	45	4.3. Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade.....	85
2.2.1. Desafios da comunidade escolar.....	47	4.4. Outras questões e demandas por melhorias.....	88
2.3. Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade.....	47	Agradecimentos.....	89
2.4. Outras questões e demandas por melhorias.....	52	Notas.....	90
Agradecimentos.....	53	Referências.....	91
Notas.....	54		
Referências.....	55		



Prefácio

Educação das águas e do campo

Sinto-me honrado em poder partilhar algumas palavras em uma ação tão importante de Educação do Campo no litoral paranaense, que, dada essa característica, faz uma interface interessante com as águas, alicerces da realidade local. Em setembro de 2022, a convite do Prof. João Guilherme de Souza Corrêa, fiz uma conferência no I Painel sobre Educação do Campo do Litoral do Paraná. Na ocasião, tive a satisfação de conhecer o coletivo de ação que preparou esse evento, síntese de diversas ações de um trabalho nas escolas da região, na região tradicionalmente chamada de “rural” do litoral paranaense, mais precisamente um projeto de extensão chamado “Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: Intercâmbio de Saberes”, no âmbito do programa Universidade Sem Fronteiras do Estado do Paraná.

Antes de falar sobre o conteúdo da presente ação, é necessária uma menção especial ao coletivo de trabalho. No contato que tive com esse grupo, foi possível perceber o comprometimento, cuidado e competência nas ações. O evento foi riquíssimo e com uma equipe de trabalho realmente empenhada em todas as faces do processo: científica, cultural, política, diversa e alicerçada na práxis - o que pode ser conferido no conteúdo descritivo das realidades que foram espaço de ensino, pesquisa e extensão, cujo resultado é este precioso registro no formato de publicação apresentado a seguir.

Existe uma riqueza nas realidades das escolas e comunidades participantes do projeto. Realidades escolares, sujeitos que a cons-

tituem, ações coletivas e individuais, associações, cultura e trabalho compõem relatos das quatro diferentes realidades abordadas no texto, que são permeadas pela diversidade. Porém, as autoras e autores da obra, conferem uma unidade no conjunto dos relatos, efetivando a máxima marxiana da “unidade da diversidade”, cujos aspectos, constituidores da Educação do Campo, ressaltam nestas primeiras palavras.

Usufruindo da inspiração marxiana, é necessário destacar a presença da categoria trabalho como definidora das realidades destacadas nos registros aqui socializados. Inicialmente, o trabalho ligado ao campo e às águas. O trabalho, nesse espaço, figura como cenário das diversas experiências abordadas. É o resultado desses trabalhos que garante os meios de subsistência das realidades observadas, a base de uma organização que não pode ser confundido com o trabalho explorado da sociedade capitalista, que, infelizmente, na maioria das vezes é o parâmetro para diversas análises. Vale ressaltar aqui que, na maioria dos casos relatados, o trabalho tem suas faces comunitárias e, por consequência, humanizadora. O trabalho de organização de base, pesca, extrativismo, organização das mulheres, trabalho que gera cultura, que embasa o processo comunitário. O trabalho com tais características é o que dá sustentação para sua inserção nas escolas, nos aprendizados e que se constitui como um princípio educativo.

Aliado ao trabalho, como constituinte da realidade, está outra categoria que evidencia o movimento de unidade e diversidade: a *comunidade*. Todos os registros efetuados, inclusive das escolas, não prescindem de um atento relato sobre as comunidades nas quais estão inseridas. As formas de organização locais, os processos, tanto de trabalho como já destacado, quanto de cultura, são matrizes para organização, inclusive das unidades escolares e, de forma mais ampla, dos processos de aprendizados informais que



são riquezas das comunidades pesquisadas e relatadas no presente texto. As histórias de vida e o modo coletivo que marcam e constituem as diversas comunidades, que foram abordadas nas ações realizadas e aqui narradas, são de alto potencial educativo, nos quais os processos educativos, para além da produção da identidade local, de seu desenvolvimento, necessita estar inserido nos processos pedagógicos da educação formal. É o que a realidade “ensinou” e o que objetivam os pressupostos da Educação do Campo. As análises aqui da comunidade também se encontram em movimento, uma vez que os registros também evidenciam os limites a serem superados pela comunidade. Um movimento pautado no “real” como são as comunidades estudadas.

Outra marca evidente, no texto, no trabalho e nas comunidades, escolares ou não, é a *coletividade*. Há muitos elementos que evidenciam tal fato, desde o processo coletivo das ações realizadas por parte da universidade e seus sujeitos, passando para a organização local das comunidades envolvidas, associações formais e não formais, no trabalho coletivo, ações coletivas, o que são elementos necessários ao processo pedagógico formal. Ou seja, a escola, principalmente sua gestão, necessita compreender a coletividade como uma categoria imanente à realidade social e inseri-la nos processos de aprendizado, inclusive formais.

Em um movimento dialético, essas categorias são encontradas (e também são premissas) tanto da práxis desenvolvida nas escolas do campo (e das águas) do litoral paranaense, como nas próprias realidades escolares. E como síntese de tais elementos dispostos nas realidades, tanto social como educativa, podemos nos referir a uma cultura local que incorpora o trabalho e a coletividade nas atividades comunitárias e que tal cultura também ultrapassa esses elementos ao produzir traços culturais próprios, manifestações ar-

tísticas, produtos e intervenções que foram inclusive reforçadas, além de destacadas pelos projetos desenvolvidos juntos às comunidades, o que está expresso no texto que segue como um item denominado “*Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade*” presente na análise de cada comunidade em particular.

Para finalizar este prefácio, poderia mencionar que apenas o registro do histórico das comunidades, suas trajetórias e ações já seria um trabalho extremamente necessário e rico para a Educação do Campo (e das águas) do litoral paranaense. Porém, o trabalho aqui produzido vai além, é problematizador, ressalta o potencial educativo da coletividade, do trabalho e cultura comunitária. Dialoga e interroga com tais práticas educativas e, com essa ação, também é uma intervenção formadora. Enfim, é um material que evidencia o caráter social da universidade, que deveria ser exatamente isto em sua totalidade: uma práxis transformadora.

Fernando José Martins

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Apresentação

O Caderno Pedagógico que aqui se segue é o resultado de uma obra de construção coletiva. Não falamos unicamente desta sua forma final, feitas pelas mãos dos diversos autores que a assinam e a que os leitores também têm em mãos agora. Queremos dizer que, desde o início das elaborações do projeto de extensão universitária que a possibilitou, a característica mais marcante de toda a cadeia de trabalho que agora tem nesta publicação uma parte significativa é o esforço comum.

Para que se possa fazer uma justa apresentação sobre essa publicação é preciso resgatar o histórico que permitiu a sua elaboração.

Em 2019 passou a vigorar uma atualizada grade curricular do curso de Pedagogia da UNESPAR-Paranaguá. Essa grade trouxe como novidade uma disciplina chamada Fundamentos da Educação do Campo. Fruto da preocupação do curso com uma educação socialmente referenciada e com os debates educacionais atualizados, essa disciplina foi criada com a intenção de apresentar as discussões sobre a educação das chamadas populações camponesas (pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, pequenos proprietários e assalariados rurais, sem terras, etc) relacionadas à problemática do campo brasileiro. Com carga horária de atividades teóricas e também práticas, ela visa problematizar o campo brasileiro e sua educação, bem como a sua especificidade regional, fazendo ainda com que com as estudantes tenham, durante sua formação, o contato mais próximo possível com a realidade concreta onde ela acontece. Não que antes dessa reforma curricular

o curso não abordasse a Educação do Campo. Ela era vista em momentos pontuais em algumas disciplinas, sobretudo na disciplina de Práticas Pedagógicas II, com a professora Denise França. A reformulação garantiu uma disciplina específica para trabalhar o tema. Embora não tivéssemos no curso docente com formação específica sobre a Educação do Campo, por algum vínculo com os movimentos sociais e movimentos sociais do campo, o colegiado deliberou aos professores João Guilherme de Souza Corrêa e Henrique Klenk a tarefa de assumi-la em algum dos dois turnos (vespertino e noturno) em que ela é oferecida na Pedagogia. Desde aquele momento as professoras que também a assumiram, em diferentes anos, em substituição ao professor Henrique – que teve que abrir mão dela em função de outros compromissos – nominalmente as professoras Cristina Cardoso, Nara Pasinato e Iarê Cooper, orientandos de trabalho de conclusão de curso, estudantes matriculadas na disciplina e o Grupo de Estudos e Pesquisa Margem se colocaram em postura mais atenta em relação às comunidades das áreas rurais do litoral.

No final do ano de 2019 a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado Paraná (SETI/PR) junto com Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) publicou o edital número 05/2019 com chamamento para que instituições de ensino superior submetessem projetos de extensão ao Programa Universidade Sem Fronteiras. A professora Erica Cintra, que respondia na época pela Divisão de Extensão e Cultura do campus de Paranaguá, convidou os docentes locais a submeterem propostas a este edital. Com o seu auxílio, o professor João Guilherme elaborou, também com apoio e estímulo dos professores do Grupo Margem, uma proposta que atendesse a necessidade de aprofundar os conhecimentos em educação do campo e das suas comunidades na região do nosso litoral. A ideia geral era, por meio



do projeto, obter mais conhecimentos empíricos sobre elas, articulando com o ensino e a pesquisa na disciplina Fundamentos da Educação do Campo.

De maneira final e mais específica, o projeto intitulado *Escolas do Campo, Comunidades e Universidade: Intercâmbio de Saberes* foi para a seleção propondo uma maior aproximação da universidade com as comunidades tradicionais e camponesas do litoral do Paraná por meio da relação de acadêmicas/os e professoras/es do curso de Pedagogia da UNESPAR-Paranaguá com as professoras/es e pedagogas/os que atuassem na Educação Básica do campo da região.

Com o projeto esperava-se fazer que, por um lado, esse contato contribuísse para manter viva a interação entre as práticas didáticas das escolas do campo com as identidades dos sujeitos do campo e sua comunidade e, por outro, se somasse à formação de estudantes de graduação a partir dos saberes desses profissionais da educação do campo e de sua população do entorno. E ainda mais, que permitisse uma forma de cooperação para ampliar a relação universidade-comunidade, bem como contribuir no processo de contínua formação dos/as profissionais ao incorporar ao currículo das/os acadêmicas/os do curso de Pedagogia o conhecimento produzido pelas populações tradicionais e camponesas que não está sistematizado e não chega à academia. Como seu objetivo geral, o projeto colocava: *Promover o reconhecimento da história e da memória das comunidades onde estão localizadas as Escolas do Campo no Litoral do Paraná; resgatar os saberes locais e práticas tradicionais de modo a permitir sua sistematização, utilização e valorização na elaboração de metodologias, práticas, planos de ensino e nas atividades didáticas das escolas na incorporação aos saberes acadêmicos, bem como difundir e dar visibilidade à cultura local, por meio de palestras e exposição de elementos da educa-*

ção e cultura do campo à comunidade em geral.

Para nossa grata surpresa, em maio de 2020 saiu o resultado da seleção do Programa e o nosso projeto foi aprovado. No entanto, em função da suspensão em março de 2020 das atividades educacionais presenciais por causa da pandemia de covid-19, a execução dos projetos de extensão aprovados neste edital ficou em estado de espera. Somente em novembro de 2021, após o início da vacinação, com o vislumbre de uma diminuição dos casos e maiores conhecimentos sobre as formas de contaminação de prevenção ao vírus SARS-COV, aos poucos as atividades educacionais começaram a voltar presencialmente e os projetos de extensão foram autorizados a iniciar, desde que fazendo algumas adaptações para o contexto da pandemia.

Em outubro de 2021 foi publicado um edital para seleção dos bolsistas que trabalhariam no projeto. Havia 1 bolsa para recém-formado e 4 bolsas para graduandos. Após entrevistas e análises do currículo foi selecionado o coletivo que hoje assina esse caderno. Formada a equipe, os trabalhos iniciaram em novembro de 2021.

No início dos trabalhos, como estava previsto, a equipe conheceu sete comunidades das áreas rurais do litoral do Paraná a fim de escolher, a partir dos critérios de exequibilidade das metas no prazo do projeto (12 meses), quatro que representassem a diversidade das populações camponesas da região (pescadores artesanais, pequenos produtores e assalariados agrícolas, trabalhadores rurais sem-terra). A partir de então, mediados sempre pelas professoras das escolas do campo, imergimos nos conhecimentos sobre as comunidades. Conversas e entrevista com moradores, pesquisas bibliográficas, levantamento de documentos em arquivos públicos e pessoais, dias de vivência e participação em eventos nas



comunidades e muito pé na estrada, na terra, na água e na lama para conhecer os territórios. Uma parte dessa intensa experiência foi o que possibilitou a chegada até este livro. Dizemos uma parte porque a complexidade da riqueza social e cultural do que aprendemos não consegue ser reduzida aos escritos sobre ela. No entanto, o que aqui segue é o que alcançamos em palavras do que sentimos e racionalizamos nesses dozes meses de prática do nosso projeto de extensão.

A produção do livro não foi o único objetivo do projeto. Como a ideia central era promover a intercâmbio de saberes entre comunidades e universidades e divulgar e valorizar a existência e a cultura delas, fizemos ainda um relato de experiência, uma aula pública para estudantes universitários, uma palestra com profissionais de escola indígena, um painel com palestras de professoras e representantes das comunidades, exposições de arte e artesanato, feira de produtos agrícolas, dois trabalhos apresentados e publicados em eventos acadêmicos e apresentações musicais.

A ideia da produção de um caderno pedagógico (didático ou paradidático) sobre as escolas do campo e suas comunidades para ser utilizado com os estudantes de licenciatura já estava no horizonte desde a fase de planejamento. Mas a partir das conversas com as professoras do campo, que nos relatavam da ausência de algum material de formação específico sobre sua realidade, a ideia ganhou tração, se convertendo também na ideia de um material para as próprias professoras. Com um orgulho patente de suas trajetórias de vidas e profissionais ligadas à terra, às águas e às florestas, moradores e professores foram parceiros durante todo o momento de construção desta obra e não é exagero considerá-los também seus coautores.

A organização dos textos segue a lógica de tratar uma comu-

nidade em cada capítulo. Sendo o capítulo 1 sobre a Colônia Maria Luiza em Paranaguá; o 2 a Ilha do Amparo, também de Paranaguá; o 3 a comunidade de Canhembora, na região do Rio Sagrado, em Morretes e 4 a comunidade do Cachoeira, em Antonina. No texto começamos fazendo uma descrição breve e genérica sobre a comunidade, dando destaque para as palavras de alguns moradores sobre ela. Depois passamos a falar das suas escolas (Escola Municipal do Campo José Chemure, na colônia Maria Luiza, Escola Municipal do Campo do Amparo, Escola Rural de Canhembora e Escola Rural Municipal Olímpia Breyer). Na sequência registramos aspectos da cultura específica de cada comunidade, como suas tradições e saberes e fazeres. E por fim, para tentar capturar elementos de contradição e/ou conflitos da comunidade, apontamos algumas questões que são motivos de demandas por melhorias e preocupações para elas. Ao final de cada capítulo fazemos agradecimentos específicos às pessoas e instituições que contribuíram para sua elaboração.

Sem mais nos alongar aqui nessa apresentação, gostaríamos de reforçar a gratidão aqueles que são mencionados nos agradecimentos específicos que se seguem aos capítulos mas agradecer também a todo o “pixirão” que fez esse Caderno Pedagógico e o Projeto de Extensão possível: todos os que já foram nomeados aqui neste espaço e também a Direção de Campus de Paranaguá nas pessoas dos professores Moacir Dalla Palma e Luís Fernando Roveda, o agente universitário Marcus Madaloso, o líder do Grupo Margem, professor Federico Cavanna, as professoras Alexandra Bueno, Arlete Pereira, Mônica Santin e as estudantes Paloma Tiliak e Geovana do Rosário pela ajuda no dia do Painel, o conjunto dos trabalhadores terceirizados do campus, o Grupo de Fandango Fandaguará, os professores que ocuparam os cargos da Divisão de Extensão e Cultura também do campus, ao professor da UNIO-



ESTE José Fernando Martins, a Gisele Ratiguiere, da Diretoria de Projetos e Convênios da reitoria da UNESPAR, as Secretarias Municipais de Educação e a SETI/PR e ao Programa Universidade Sem Fronteiras.

Bons trabalhos e boas leituras!

Os Autores



1 A colônia Maria Luiza em Paranaguá

A Colônia Maria Luiza é uma das dezenas de comunidades que formam a zona rural do município de Paranaguá. Distribuindo-se ao longo da BR 277 estão a antiga colônia Alexandra (hoje distrito de Paranaguá), as colônias do Ribeirão, Rio das Pedras e um acesso à colônia do Morro Inglês; ao longo da PR 508 (Rodovia Elísio Pereira Alves Filho), até aproximadamente seu Quilômetro 1, estão localizadas as colônias Santa Cruz, São Luiz, Quintilha, Maria Luíza, Pereira e Cambará.

O acesso principal a Colônia Maria Luiza, partindo do centro urbano de Paranaguá, se dá primeiro pela BR 277, onde depois pega-se a saída 10 em direção a Matinhos/Caiobá/Guaratuba pela PR 508. Essa entrada fica na altura do Km 7 desta rodovia. Existem duas vias principais na comunidade e ambas não são pavimentadas. Uma se chama Estrada da Maria Luiza e outra Rua Gentil Rainerte¹. Elas são basicamente a continuação uma da outra e cruza a comunidade em toda sua extensão. Outras vias menores e também sem pavimentação saem perpendicularmente dessas principais.

A Maria Luiza, assim como outras colônias da região, fica nos limites da área de preservação da Mata Atlântica, no entorno do Parque Nacional Saint Hilaire-Lange e ao pés da Serra da Prata, que é uma parte da Serra do Mar no trecho do litoral paranaense, entre as montanhas e a planície litorânea.

A formação das colônias em Paranaguá obedeceu a uma política de imigração e colonização do governo brasileiro desde meados do século XIX que teve como objetivo o povoamento dos vazios demográficos, o fornecimento de mão de obra, a criação de uma agricultura de abastecimento e até mesmo um branqueamento da população brasileira.



A colônia faz parte do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange - Serra da Prata (fonte: <https://parnasainthilairelange.files.wordpress.com/2011/04/8-mapa-comunidades-marialuiza.jpg>)





Não podemos esquecer que o incentivo a imigração foi uma ferramenta do governo brasileiro a fim de promover o branqueamento da população com base nas teorias de superioridade entre as raças defendidas cientificamente na época. A entrada dos imigrantes foi uma maneira de garantir “a ‘correção’ dos componentes étnicos que fundaram o Brasil, produzindo um ‘tipo’ racial brasileiro mais eugênico, porque possuidor de maior quantidade de sangue branco. Esse futuro tipo brasileiro teria como principal virtude fornecer um patamar mais elevado sobre o qual o povo brasileiro constituiria sua unidade racial e cultural, e também garantir uma evolução futura do país pela melhoria dos tipos raciais que o compunham” (RAMOS, 1996).



Segundo a pesquisadora Maria Luiza Gonçalves Baracho², a colônia foi fundada em 1879 e era ocupada inicialmente por 50 famílias alemãs e italianas, totalizando 174 pessoas. Segundo a pesquisadora, 99 russos haviam deixado a comunidade e seus lotes foram ocupados por italianos.

“Os colonos plantavam principalmente café, cana-de-açúcar e milho, e, em pequena escala, feijão e mandioca. Criavam “em grande quantidade”, galinhas, vendidas com muita facilidade, em Paranaguá. Ovos e verduras também abasteciam a cidade”. BARACHO, 1995, p. 186, citando o relatório de 1888 do engenheiro João Ernesto Rodocanachi, relativo a Colônia Maria Luiza

A historiadora Altiva Pilatti Balhana³ relata que a partir de 1880 começa uma nova etapa nas políticas imigratórias no Paraná a partir do surgimento de outras necessidades, como a de mão de obra

para a construção de grandes obras públicas. O custo dos programas de colonização fez com que as autoridades emancipassem as colônias existentes. Foi nesse contexto que houve, em 1882, a emancipação da colônia Maria Luiza.



O Governo Imperial brasileiro criou entidades para efetivar políticas imigratórias mas a partir de 1834 os governos provinciais ficaram com essa responsabilidade. No Paraná os resultados dessa iniciativa só foram produzidos após a sua emancipação da Comarca de São Paulo em 1853. Duas práticas migratórias prevaleceram no Brasil, uma oficial, criada pelo governo que mantinha núcleos coloniais para instalar os estrangeiros e outra privada, que direcionava os trabalhadores para os latifúndios. A necessidade mais urgente no Paraná era a criação de uma agricultura de abastecimento, faltavam alimentos essenciais, por isso a estratégia foi estabelecer colônias próximas aos centros urbanos, ou seja, próximas a um mercado consumidor (BALHANA, 1996).



Muitas coisas mudaram na colônia ao longo de mais de um século de sua existência (afinal, muito se mudou no Brasil também nesse intervalo, politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente). Embora ainda existam na colônia os descendentes dos primeiros moradores, também foram fazer parte da história da Maria Luiza pessoas e famílias vindas de distintos lugares (como do Estado de Santa Catarina, Alagoas, de outras colônias do Estado do Paraná e de zonas urbanas de municípios vizinhos), com distintos objetivos que não só o da produção agropecuária.



Comparando

Em 1889-90, existiam no núcleo as seguintes instalações: um galpão de madeira, coberto de palha, para alojamento de imigrantes, 60 casas em condições semelhantes, 3 moinhos de farinha de milho, 6 engenhos de farinha de mandioca e um cemitério”. (BARACHO, 1995)

Em 2022: 1 Igreja Católica (Capela São Francisco de Assis e São Sebastião, padroeiros da comunidade), 1 Agência dos Correios, 1 Posto de Saúde, 3 Agroindústrias, 1 Empresa de Engenharia, 1 Centro de Tradições Gaúchas (CTG), 1 Associação dos Produtores Rurais de Paranaguá (APRUMPAR), 1 Associação das Águas (ASA), 1 Escola Municipal, 1 Comércio/mercado e 1 Centro Esportivo (campo de futebol), cerca de 200 casas.

Uma das moradoras de mais idade é exemplo da diversidade étnica que já compõe a comunidade. Dona Maria, conhecida como Maria Preta, diz ter mais de 115 anos. Ela é neta de escravos e foi criada por uma família em Curitiba, pois perdeu sua mãe ainda bebê. A família para a qual Dona Maria trabalhou comprou um terreno na colônia nos anos de 1980 e a deixou ali. Ela gosta de trabalhar na terra, com horta, feijão e milho. Ela recebe as visitas contando histórias e fazendo versinhos. Sua história de vida permite se fazer várias reflexões sobre as desigualdades sociais, econômicas e raciais que teimam em persistir no Brasil.

Segundo seus moradores, são cerca de 200 famílias que moram na colônia no ano de 2022. Muitas ainda têm na produção agrícola familiar sua principal e/única fonte de renda. Há cultivo de arroz,

banana, cana, mandioca, gado leiteiro (do qual se faz laticínios) em escala reduzida. Há ainda uma pequena produção de subsistência de itens variados (hortaliças e leguminosas, aves e frutas). Existem ainda chácaras para residência, lazer e para realização de eventos. Algumas moradias mais precárias estão localizadas às margens da rodovia, logo na entrada da colônia. Lá residem alguns assalariados rurais e trabalhadores da zona urbana.

Uma das instituições que tem importância destacada na colônia é a APRUMPAR (Associação dos Produtores Rurais de Paranaguá), que foi fundada em 14 de setembro de 1985 e reúne produtores de 7 comunidades agrícolas do Município de Paranaguá. Antes da sua fundação, os produtores se reuniam nas próprias casas e se organizavam para atender as demandas das Colônias Maria Luiza, Morro inglês, Pereira, Quintilha e São Luiz.

Em 1995 uma nova gestão toma posse e cria estratégias para atrair os produtores. Uma das medidas adotadas pela nova diretoria foi trazer mercadoria, ração, adubo e ferramentas para oferecer para os agricultores, pelo fato de lhes ser cobrado uma mensalidade. Com o tempo outros agricultores se associaram e após 4 anos desde a sua fundação ela contava com mais de 20 membros. Nessa época, começaram a fazer festas e eventos para arrecadar fundos para manter a Associação. A partir daí foi possível organizar a documentação e acessar programas do governo⁴. Com a DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF) jurídica dos agricultores e CNPJ puderam iniciar a comercialização dos produtos agrícolas no PAA⁵ (Programa de Aquisição de Alimentos) para as entidades assistenciais, creches e asilos e no PNAE⁶ (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Atualmente, em 2022, a sede da associação possui em suas instalações: uma cozinha com fogão industrial, mesas e freezer



que foram adquiridos através do programa “Mais renda no campo”. Esse espaço é utilizado pelos produtores que não possuem agroindústria para processamento de seus produtos. Existem associados da APRUMPAR nas comunidades de: São Luiz; Rio das Pedras; Quintilha; Pereira; Santa Cruz; Morro Inglês e Alexandra, produzindo panificados, aipim, palmito pupunha e derivados de leite. Outros projetos possibilitaram a aquisição de um computador e impressora para o escritório, além disso, a sede recebe e armazena os alimentos que posteriormente serão comercializados no PNAE e no PAA.



Fachada da APRUMPAR (foto: os autores)



Em relação ao PNAE, um problema enfrentado pelos gestores da APRUMPAR é na entrega de alguns produtos solicitados. Ocorre que a produção agrícola está submetida a algumas intempéries. Isso pode interferir na colheita e consequentemente na disponibilidade dos produtos para atender ao PNAE. Por isso é tão importante o contato e a interação entre as nutricionistas e os agricultores, para conhecerem a diversidade agrícola da região, a sazonalidade dos alimentos e assim elaborarem um cardápio coerente nos itens e nas quantidades. Essa interação é uma das orientações do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) por meio de um Manual elaborado para as nutricionistas, justamente para que não aconteçam discrepâncias entre a demanda e a oferta.



11

Voices da Comunidade

Romilda Rosa



Uma das moradoras mais antigas da Colônia Maria Luiza, Romilda Rosa, mais conhecida como Dona Tata, nasceu em 1933. Sua história na colônia começa quando seu avô chegou da Itália no século XIX. Na colônia, dona Romilda cresceu, estudou, trabalhou, casou e juntamente com seu esposo criaram 4 filhos. Na infância Dona Romilda gostava de ir a igreja aos domingos com as primas. Suas brincadeiras preferidas eram: roda cotia, boneca

(que era feita de pano) e peteca (feita com palha de milho). Se divertia alimentando os animais pois aproveitava para brincar com eles. Orgulha-se em dizer que ajudava a família nas atividades da casa: a mãe, quando ia lavar roupa na cachoeira e o pai, na lida com o café e nas vendas no centro da cidade.

Franciane Raynerte da Silva



Franciane é produtora de cana-de-açúcar na colônia Maria Luiza. Seus bisavós são de origem alemã e italiana, migraram da região de Gaspar, em Santa Catarina. Fran, como é mais conhecida, assumiu o negócio do pai em 2020 e se orgulha em continuar seu legado administrando a produção. A cana produzida na roça da Fran é orgânica, os trabalhos de plantio, limpeza e colheita são feitos com a ajuda do seu filho.

Sobre a vida no campo, Fran relata que *“É gratificante você trabalhar com a terra, você produzir as coisas, eu gostaria de ter visto antes e ter buscado antes esse conhecimento, com o pouco que eu estudei fazendo cursos, no dia a dia a gente vai aprendendo com os antigos a forma de plantio, de colheita, quando é bom e quando não é”*.



Guiomar Serafim



Mais conhecido como Sassá, Guiomar Serafim é produtor e morador da Colônia Maria Luiza desde 1992. Atuou de 1995 a 2020 como presidente da Associação de Produtores. Já foi administrador da colônia, fez parte da Associação das Águas e é o proprietário do comércio Dois irmãos, um estabelecimento que tem “de tudo um pouco” e funciona na PR 508, Km 6.

Sassá foi um dos fundadores da Feirinha da Lua na Praça dos Leões no centro de Paranaguá. A ideia surgiu depois de uma viagem para Palotina, lá existia uma Feira da Lua que levava esse nome por funcionar a noite, e essa foi a inspiração para fazer a mesma feira em Paranaguá.

A Feira da Lua começou com três barracas, uma de pães e bolos da família do Sassá, uma yakisoba de outra família da colônia Maria Luiza e uma de sucos cujos donos eram moradores da colônia São Luiz. Com o tempo foram conquistando clientes e outras barracas foram surgindo. Por falta de organização e controle, a feira chegou a ter mais de 100 barracas funcionando, com isso, caiu muito o volume de vendas e Sassá optou pela Praça Fernando Amaro, trabalhando lá por 8 anos.



12

Escola Municipal do Campo José Chemure

A escola fica localizada na principal via da comunidade, chamada Rua Gentil Rainerte, há poucos metros da entrada principal, próximo de plantações de arroz, do templo católico da comunidade, de algumas residências e agroindústrias.



Rua Gentil Rainert (foto: Michelly Zela).

Os moradores mais antigos relatam que eles mesmos arrecadaram o dinheiro para a construção da primeira escola (ainda de madeira) no mesmo lugar da que existe no ano de 2022 e da igreja da comunidade.

A modesta escola de madeira ficou pronta em 1950. Em 1982 foi registrada, autorizada e nomeada como “Escola Rural Maria Luiza” por meio da Resolução 3.678/82. Quem cedeu o terreno foi Firmino Antonio Forigo, proprietário de uma grande quantidade de terras na comunidade. Em 1987 a escola passou por uma transformação no nome e na estrutura. Foi refeita em alvenaria, foram regularizadas questões de saneamento, como o esgotamento sanitário e o abastecimento de água, foram construídos dois banheiros, uma cozinha e uma sala de aula. A escola recebeu o nome de “Escola Rural Municipal José Chemure”. Em 2003 passou por uma ampliação, recebendo uma nova cozinha, uma área coberta que serve de refeitório e uma sala de aula.

Em 2010, por meio da Resolução 007/10, a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral resolveu alterar a denominação da escola que passou a se chamar Escola Municipal do Campo “José Chemure” Ensino Fundamental. No Projeto Político Pedagógico de 2021 a instituição é denominada Escola Municipal do Campo “José Chemure” Ensino Fundamental - Séries Iniciais e Educação Infantil.

O patrono da escola, Sr. José Chemure (1863-1967), foi um comerciante de origem libanesa. Segundo consta nos documentos da escola, ele chegou em Paranaguá em 1910, onde conheceu sua esposa e com a qual teve 6 filhos. Não há confirmação de que ele tenha morado na comunidade, no entanto, ele possuía alguns terrenos nas proximidades da escola.

Em relação aos estudantes, em 2022 são 33 os matriculados. Destes, cerca de 60% são filhos de agricultores. Os demais são filhos de trabalhadores urbanos.

No ano da nossa visita, o quadro docente da escola era composto por 5 professoras. Dentre elas destacamos a senhora Marli Rainerte Bonaldi, a professora Marli. Ela é nascida na colônia Maria

Luiza, filha de agricultores, foi aluna da escola entre 1972 e 1975, formou-se no Magistério, possui licenciatura em História e pós-graduação em Patrimônio Histórico. Segunda ela mesma, sua motivação para ser professora foi a admiração por essa profissão e a vontade de dar orgulho à sua família. Começou a trabalhar na escola em 1989 “tendo o cuidado de não repetir um padrão de comportamento docente que vivenciou enquanto aluna, e que considera autoritário”.

Quando vim ser professora eu quis fazer diferente, deixar a criança falar, dar oportunidade para o aluno, pois a criança traz sua experiência, e precisamos respeitar. Me preocupo quando eu parar, se virá alguém que continuará nessa direção de dar voz a criança, tratar com carinho, fazer crescer neles o desejo de vir para a escola, de estudar... (Professora Marli).



Escola Municipal do Campo José Chemure (foto: os autores)



Escola Municipal do Campo José Chemure (foto: os autores)



1.2.1

Desafios da Comunidade escolar

Entre os desafios que a escola possui está a inclusão de pessoas com deficiência. A acessibilidade é um direito garantido pela Lei 10.098⁸ de dezembro do ano 2000, sendo assim o espaço escolar deve ser adaptado para atender as necessidades desses estudantes. Quando uma vez a escola recebeu um aluno cadeirante, houve mobilização de toda a equipe escolar para, na medida do possível, adaptar uma cadeira que facilitasse a locomoção do aluno e a permanência nos espaços.

Outro desafio está relacionado ao uso de tecnologias, questão que se agravou em 2022 quando as escolas municipais aderiram ao Registro de Chamada Online (RCO). Por meio desse programa devem ser registradas as avaliações, os conteúdos e a frequência dos estudantes. Porém, a internet não foi disponibilizada, com isso as professoras tiveram que se unir e pagar pela internet que utilizam na escola.

Esses dois fatos relatados, aparentemente desconexos entre si, ajudam a entender um aspecto da cultura escolar. Em que pese a obrigação do poder público garantir o direito a educação e as condições para a realização do trabalho das professoras, eles demonstram o sentido comunitário de apoio mútuo entre os membros da comunidade.

Além do que já foi relatado, existe uma preocupação das professoras com o fato dos alunos terem que sair da colônia para continuarem seus estudos, visto que o ensino na escola local compreende até os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para completar os estudos, as crianças precisam se deslocar até alguma escola na área urbana de Paranaguá. Então isso fica

sendo uma tarefa nada fácil para as crianças, que precisam acordar muito cedo para pegar o ônibus, retornando para suas casas apenas no meio da tarde, já que o transporte escolar que leva os estudantes atende também crianças de várias outras colônias.

1.2.2

Perspectivas para a Educação do Campo

Em 2011, foram aprovadas as Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá. Segundo o relatório elaborado pela conselheira Fabíola Soares [...] mais que uma simples mudança de nomenclatura – rural para campo, a expressão educação do campo consistiu um dos traços marcantes do movimento que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no campo. (PARANAGUÁ, 2011, p.9).

Os conteúdos curriculares das escolas do campo são idênticos as escolas urbanas para que seja garantida a equidade educacional, no entanto podem ser feitas adaptações para atender as necessidades e interesses do aluno. Consta no artigo 3º que “A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com projetos político-pedagógicos que contemplem sua diversidade em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (PARANAGUÁ, 2011, p.2).



A Lei 3.678, de 09 de novembro de 2017 instituiu o Fórum Municipal Permanente de Paranaguá.

O Ministério da Educação explica que os Fóruns Permanentes de Educação “são espaços de participação da sociedade para a formulação e acompanhamento da política educacional em cada território. Discutem, propõem, acompanham e avaliam as políticas públicas no âmbito do sistema educacional, especialmente aquilo que está no respectivo plano de educação, que deve ser aprovado em lei. O Fórum no município deve se referenciar nas atribuições e dinâmicas de funcionamento do Fórum Nacional de Educação” (MEC, 2022).

Compete ao Fórum Municipal Permanente de Educação de Paranaguá:

I - promover a discussão sobre a política educacional do território municipal;

II - elaborar seu Regimento Interno e suas alterações;

III - dar suporte ao Conselho Municipal de Educação fomentando as demandas de discussões nas Conferências Municipais de Educação;

IV - acompanhar a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

V - promover a articulação das conferências municipais de educação com etapas preparatórias que as precederem.

VI - acompanhar e avaliar as deliberações das Conferências Municipais de Educação;

VII - zelar para que as conferências de educação do município

estejam articuladas com as Conferências Estadual e Nacional de Educação;

VIII - planejar e organizar espaços de debates sobre a Política Municipal de Educação;

IX - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação;

X - acompanhar, junto à Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação;

XI - ter acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias ao desempenho do seu trabalho; e

XII - promover as articulações necessárias entre os correspondentes Fóruns de Educação dos Estados, do Distrito Federal e da União.

As escolas do campo do município de Paranaguá têm direito a um assento neste espaço.





Participar do Fórum é uma oportunidade de buscarmos dialogar sobre a realidade da Educação do Campo, seus avanços e demandas. O uso de tecnologias e a formação continuada são temas que precisam de mais atenção. O sinal de internet, por exemplo, precisa chegar nas Escolas do Campo. Além disso, a formação continuada para as Professoras das Escolas do Campo precisa ser repensada, pois fazer à parte não nos garante dialogar sobre fundamentos, conteúdos e metodologias, material didático que evidenciem as particularidades do campo e dos seus sujeitos. Ainda estamos em busca e esperançosos por uma formação continuada onde a identidade do Campo e dos seus sujeitos estejam presentes, com valorização do trabalho e de sua história de vida.

(Professora Michelly Zela Antonio Caetano, Mestre em Educação, trabalha em Escolas do Campo desde 2014 e em 2022 foi nomeada para ocupar a cadeira destinada a Educação do Campo no Fórum Municipal Permanente de Educação)



13

Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade

Algumas práticas culturais da colônia Maria Luiza que fazem dela um lugar de identidade singular são os seguintes: O “Boi de Mamão” é considerado uma das mais antigas manifestações culturais registradas da colônia. Segundo relatos de moradores, ela foi trazida de Santa Catarina na primeira metade do século XX por Braz dos Santos, que veio morar na localidade com sua família. As apresentações aconteciam tanto dentro da comunidade, na sua área central, quanto fora, em teatros e festivais. A apresentação do boi de mamão era dividida em três partes: a dança das balainhas, o pau de fita e a encenação do teatro. O grupo era formado pelos próprios moradores da comunidade, que se caracterizavam com trajes específicos, confeccionado por eles mesmos, como a fantasia do boi de mamão, homens com roupa de mulheres e da Bernunça⁹. Com a mudança de alguns moradores para o centro urbano, a festa deixou de acontecer. Mas as músicas ainda permanecem sendo tocadas e cantadas por grupos que salvaguardam essa tradição no litoral.

*Festa do Boi de Mamão que acontecia na Colônia Maria Luiza
(fotos: Arquivo pessoal de Braz dos Santos, cedidas pelo
seu neto Antonio Ricardo dos Santos).*



CENA DA BERNUNÇA 3

Autor: Braz dos Santos

Aqui está nossa bernunça
Aqui mesmo hei de saudar
Que viemo apresentá
Aqui mesmo hei de saudar
É de nossa obrigação
Aqui mesmo hei de saudar
Dentro de Paranaguá
Aqui mesmo hei de saudar
Está boa brincadeira
Aqui mesmo hei de saudar
Ela brinca muito bem
Aqui mesmo hei de saudar
Ela brinca com jeitinho
Aqui mesmo hei de saudar
Que é pra não machucá ninguém
Aqui mesmo hei de saudar
Viemos de Maria Luiza
Aqui mesmo hei de saudar

Perto de Paranaguá
Aqui mesmo hei de saudar
Aqui está nossa bernunça
Aqui mesmo hei de saudar
Que é muié do barão
Aqui mesmo hei de saudar
Que viemo apresentá
Aqui mesmo hei de saudar
Aqui dentro do salão
Aqui mesmo hei de saudar
Vamos embora meu povo
Aqui mesmo hei de saudar
Está é a derradeira
Aqui mesmo hei de saudar
Que nós temos que cantá
Aqui mesmo hei de saudar (4x)
Eh bichinho da cidade não (5x)

Composição de Braz dos Santos para a cena da
Bernunça na apresentação do Boi de Mamão.



A “Costela à fogo de chão” é uma tradição recente que teve início em 2010. A festa inicialmente tinha o objetivo de arrecadar fundos para a construção da igreja católica, mas que depois ganhou reconhecimento pelos colonos e passou a ser realizada de duas a três vezes no ano, no pátio da Igreja Católica São Sebastião e São Francisco.



Preparo da costela à fogo de chão (foto: arquivo pessoal de Marli Rainert Bonaldi).

De meados dos anos 1980 até o início dos anos 2000 acontecia a “Festa do Agricultor”, que era comemorada em setembro, mês de aniversário da APRUMPAR. Nessa festa os agricultores traziam amostras de seus produtos com maior tamanho, como por exemplo, a da maior mandioca, a maior abóbora, o maior cacho de banana e etc. Acontecia também a coroação da rainha dos agricultores. Para ser coroada a moça tinha que vender o maior número

de votos. Essas comemorações foram importantes para a comunidade, principalmente por promover a valorização da agricultura local e de seus produtores.

As comemorações religiosas na colônia ocorrem durante todo o ano e são estabelecidas de acordo com o calendário da Igreja Católica. Podemos citar a passagem da estatueta de Nossa Senhora do Rocio nas casas dos membros da Igreja como uma forma de abençoar seu lar e sua família;



Celebração em homenagem a São Francisco de Assis (foto: arquivo pessoal de Marli Rainert Bonaldi).



Fachada da Igreja Católica localizada na Rua Gentil Rainert, próxima a escola e a APRUMPAR (foto: os autores).

O ritual da Páscoa, que ocorre no mês de abril durante a Semana Santa, é uma data significativa para os moradores, pois se reúnem no barracão da igreja católica local para celebrar, por meio de um almoço coletivo, em que alguns moradores colaboram preparando uma refeição;

O Natal em família, no mês de dezembro, é marcado por encontros que acontecem na residência dos moradores nos dias que antecedem o natal. O anfitrião prepara a mesa com diversos alimentos para receber seus vizinhos e juntos celebram o natal com momentos de cantoria e orações.

Outra tradição da comunidade são as caminhadas e eventos

realizados pelo CTG em parceria com a APRUMPAR, Secretária de Turismo de Paranaguá e UFPR – Litoral, como a “Caminhada na Natureza”. Esse evento reúne moradores e visitantes para um circuito de cerca de 10 km nas regiões em torno da Colônia. O objetivo é incentivar o turismo local, apreciar a natureza e os produtos dos moradores, que cedem o espaço da igreja para o encontro e distribuição de alimentos aos participantes. O CTG, embora seja um centro de tradição de eventos voltados à cultura gaúcha, também realiza a parte da caminhada chamada de “Circuito Serra da Prata”.



Caminhada na natureza em 2022 na Colônia Maria Luiza (foto: os autores)



Cartaz de divulgação da Caminhada na Natureza em 2022.

Ademais, eventos como a festa junina, festa do galetto, jogos de competição são costumes ativos dentro da colônia Maria Luiza pela influência do CTG, que tem contribuído para entusiasmar os jovens da comunidade a se envolver em partes da tradição gaúcha. O CTG ainda tem papel importante no incentivo às crianças para atividades como andar a cavalo, laçar o cavalo, prova de rédea e brincadeiras tradicionais. A vontade de participar em competições ligadas ao rodeio tem surgido no meio dos adolescentes da comunidade e dos municípios ao redor devido a essa integração da colônia com o centro de tradições. Mesmo que alguns dos filhos de moradores tenham migrado para outras localidades, principalmente para as cidades, em busca de melhores oportunidades, há o ressurgimento dessas tradições dentro da comunidade.

Além disso, muitos dos saberes e fazeres na colônia estão ligados ao cultivo da mandioca e da banana – que são as especialidades da comunidade – e em menor proporção da cana, quiabo, beterraba, cenoura, alface, repolho e arroz. A comercialização ou troca de produtos acontecia inicialmente no mercado municipal, mas desde 1991 ela acontece na Feira Regional de Produtos Agrícolas, Pesca e Artesanato de Paranaguá, mais conhecida como Feira da Catedral, no centro histórico todo sábado pela manhã.

Uma barraca bastante conhecida na feira é a da família Auke, com seus queijos, iogurtes, geleias e picolés naturais, fabricados na agroindústria de laticínios da fazenda Morro Holandês. A família que iniciou a produção de leite na região nos anos 2000 após migrar de Carambei-PR para a Colônia vem se consolidando como uma referência de qualidade na produção destes produtos.





Agroindústria de laticínios na fazenda Morro Holandês (foto: os autores).

A família Scomação é tradicional no cultivo da mandioca na colônia, a produção e o beneficiamento da mandioca acontecem na agroindústria artesanal que a família possui desde o final do século XIX.

(...) Nós produzimos geralmente uma faixa de 1000 a 1800 kg de mandioca por semana para comércio local nos mercados de Paranaguá e Praias. Toda a família faz parte do processo, plantam, colhem, lavam (água encanada direto do rio), descascam e empacotam. Antigamente naquela época o pai arava com cavalo, depois veio a tobatinha¹⁰ e hoje temos trator (Anderson Scomação, proprietário da agroindústria de mandioca).

Quanto à produção de arroz, era predominante nas décadas de 1950, 60 e 70, inclusive, o mais antigo plantador de arroz na comunidade é da família Scomação, - citada no parágrafo anterior e que hoje se dedica a mandioca. O preparo da terra para o plantio do arroz era feito com ajuda dos animais, a sementeira e colheita de forma manual. As famílias faziam um mutirão para colher e bater o arroz, em seguida acontecia a festa. Festejavam com um baile a luz do lampião e com muita música proporcionada por violeiros, sanfoneiros e pandeiristas.

Em menor proporção, a cultura do arroz na colônia continua. Em entrevista com o produtor rural Marcos Antônio Baumann, conhecemos a história de sua família. O primeiro a migrar de Santa Catarina para Paranaguá foi seu avô, que por influência dos familiares catarinenses iniciou o cultivo do grão. Posteriormente, em 1994, vieram Marcos e o pai, compraram uma propriedade e também iniciaram o cultivo. A espécie do arroz produzido é Epagri 121 e a forma de manejo é a mesma de Santa Catarina, onde o arroz é irrigado direto na água. A média de tempo entre o plantio e a colheita é de 150 dias.

Os produtores recebem orientação da EMATER quanto ao uso de defensivos agrícolas. As sementes utilizadas são modificadas em laboratório. Quanto a isso, o produtor Marcos comenta:

...não é como antigamente igual quando meu avô e meu pai plantava, as sementes eram produzidas por eles, era guardada a semente num assoalho de madeira, mas hoje em dia não sei se é o clima que modificou, que se não levar em conta o que o técnico recomenda, não dá para produzir.

Na época da colheita alugam uma colheitadeira. Duas pessoas são necessárias nessa fase da produção. Marcos faz esse trabalho juntamente com o vizinho que também produz arroz na colônia. Vale destacar que em 1994 eram 5 produtores, hoje restam 2. O arroz é plantado e colhido, os outros processamentos são realizados por uma empresa em Santa Catarina.



Plantação de arroz na Colônia Maria Luiza (foto: Marcos Antônio Baumann).

14

Outras questões e demandas por melhorias

Q uanto aos serviços públicos prestados na colônia, cabe citar o atendimento à saúde e o transporte público. O posto de saúde “Santos Scomação” foi inaugurado em 02 de agosto de 2006¹¹, sua estrutura conta com três consultórios, onde atendem o clínico geral, o dentista e a ginecologista. Além disso, possui, uma sala de vacina, uma farmácia, quatro banheiros, uma recepção, uma cozinha, um auditório, um expurgo e uma sala de preparo. As reivindicações no que se refere ao atendimento à saúde são por aumento nos dias de atendimento do clínico geral, que atualmente atende apenas uma vez na semana. A população reivindica o atendimento pediátrico. Além disso, falta informatização do atendimento para marcação de fichas e encaminhamentos.

Em relação ao transporte público, a Colônia Maria Luíza não possui horários de ônibus próprios que contemplem, especificamente, a sua rota. Isso influencia diretamente na vida dos moradores da comunidade que não tem a garantia de um meio de transporte para a sua locomoção durante o dia a dia, dependendo de caronas e muitas vezes recorrendo a aplicativos de transporte compartilhado. Ainda assim, atualmente, existe uma linha de ônibus disponibilizada pela Viação Graciosa que sai da rodoviária do município de Paranaguá e passa em frente a Colônia Maria Luíza de segunda a sexta-feira às 11h00 e 17h00, aos sábados às 08h00 e 16h30min e aos domingos e feriados 16h30min. A linha é via PR 508 (COLÔ-

NIAS), popularmente conhecida como Alexandra-Matinhos ou via Cambará, tendo como destino o município de Guaratuba.

O serviço de tratamento e abastecimento de água na colônia é realizado pela Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de Água (ASA), formada por moradores locais. É um sistema coletivo implantado no ano de 1993, por meio de um projeto do governo do Estado do Paraná em parceria com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, EMATER-PR, CAGEPAR e a própria comunidade. Hoje, a ASA conta com um presidente, um secretário e um tesoureiro que são eleitos a cada 02 (dois) anos pela comunidade. O volume da água é medido por hidrômetros, onde cada família paga um valor de acordo com o seu consumo. A leitura do hidrômetro e emissão dos boletos é feita mensalmente pelo secretário da associação. O projeto necessita de melhorias, pois, conforme o número de famílias aumenta, a extensão de rede também cresce. Inicialmente, atendia 54 famílias e, atualmente, atende 214, estendendo-se para as Colônias Pereira, São Luiz e Quintilha que não são atendidas pelo sistema público. Com isso, em algumas partes mais altas, a água é fraca e chega somente no período da noite, em outros casos, acontece a oscilação da chegada (vai e vem). A extensão na rede para atender novos moradores, a manutenção e os problemas de vazamento são resolvidos pela equipe gestora, e os recursos vem dos pagamentos realizados pelos usuários.

Em 2017 a Câmara Municipal de Paranaguá deu início ao projeto denominado Câmara Itinerante. O objetivo foi levar os vereadores a localidades distantes do centro urbano do município, a fim de que a própria comunidade local, em uma espécie de audiência pública, apontasse as reivindicações mais importantes para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região. A primeira edição do projeto aconteceu na Ilha do Mel, a segunda na Ilha de Eufrasina e



a terceira – e última – na Colônia Maria Luíza. Cerca de 50 pessoas participaram da audiência pública na colônia. A população solicitou melhorias em diferentes áreas e, por meio da Associação dos Produtores Rurais elaborou um documento destacando prioridades. Elas são: problemas de alagamento, de infraestrutura ao longo da PR 508, a falta limpeza de rios e estradas, assim como a falta de um trator, equipamentos e oferta de cursos para produtores e melhoria no abastecimento de água potável nas colônias.



Agradecimentos

Este Caderno Pedagógico foi elaborado com ajuda da comunidade e a partir da comunidade. Muitas colaborações foram feitas para que esse material fosse construído.

Agradecemos a Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá na pessoa de Joice Pereira que possibilitou nossa aproximação com as professoras das Escolas do Campo.

Agradecemos as professoras da Escola Municipal do Campo José Chemure, Marli Rainerte Bonaldi e Michelly Zela Antonio Caetano. A professora Marli que também é moradora da comunidade agendou nossas reuniões com os moradores, levou moradores até a escola para conversar com nossa equipe, sempre com muita alegria e disponibilidade. Somos gratos!

Agradecemos aos produtores e moradores da colônia Maria Luiza que conversaram conosco, compartilharam suas histórias e desafios: Anderson B. Scomação, Debora Marcia Honório, Getúlio Hiroyosi Yoshitsuka, Guiomar Serafim, Franciane Raynerte da Silva, Marcos Antonio Baumann, Rosana Mara de Oliveira Bonaldi e Rosana Mara de Oliveira Bonaldi, Romilda Rosa e família Auke.

Agradecemos ao representante da APRUMPAR, Hermes Santana Andrioli, e ao assessor técnico da EMATER, Leoclides Lazzarotto. Por meio de nossas reuniões conhecemos um pouco mais sobre a história da associação e seus produtores, além dos projetos realizados desde a fundação da associação em 1985.

Agradecemos a Antonio Ricardo dos Santos que nos recebeu e compartilhou a história de sua família na colônia Maria Luiza, além

de disponibilizar fotos e canções de seu avô, Braz dos Santos, que iniciou a cultura do boi de mamão em Paranaguá.

Agradecemos ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá pelo envio de documentos, relatórios e reportagens sobre a história da cidade.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste caderno, nós agradecemos!

Os autores.



Notas

¹ Gentil Rainerte foi um morador da Colônia Maria Luiza. Ele nasceu na colônia do Morro Inglês em 04 de setembro de 1933, filho de Valentina Andrioli Rainerte e Bruno Pedro Rainerte, numa família que teve ao todo 9 irmãos. A família, que é de origem italiana, mudou para colônia Maria Luiza por volta do ano de 1943, onde compraram uma propriedade e montaram uma serraria, que mais tarde deu lugar a um engenho de farinha. Gentil Rainerte foi lavrador e carpinteiro, sendo procurado para fazer para fazer rodas d'água, pilão, gamela, jiqui, covo (são armadilhas para pegar peixe). Além disso, ele também era bastante procurado pelos colonos para fazer castração de animais e aplicar injeções nas pessoas. Segundo Marli Rainerte, sua filha, ele gostava muito de jogar truco e contar “causos” e quando novo jogava futebol. Morreu atropelado ao atravessar a rodovia com sua bicicleta num domingo no final da tarde em 12/11/2012 e seu corpo foi velado na capela da comunidade.

² BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. Estrutura Fundiária de Paranaguá: 1850 - 1900. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 1995.

³ BALHANA, Altiva Pilatti. Políticas imigratórias do Paraná. Revista Paraná. Desenvolvimento, Curitiba, v. n.87, p.39-50, jan/abr., 1996.

⁴ A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a SEAB (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento) ajudaram os associados na organização documental para participarem do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

⁵ O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) é um programa do governo federal que tem dois objetivos principais, que são o de promover o acesso à alimentação e o de incentivar a agricultura familiar. Fonte: BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em:

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Houve uma alteração no nome desse programa, ele passou a se chamar Programa Alimenta Brasil por meio da lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021.

⁶ O PNAE é uma política pública criada pela Lei 11.947 de 2009, que integra o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o qual é o órgão que repassa o recurso para o município. Esse recurso é utilizado para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar. O incentivo à compra pela agricultura familiar e pelos empreendedores rurais envolve não só o contexto econômico e de diversidade agrícola, mas favorece a prática sustentável. Fonte: BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

⁷ O Mais Renda no Campo “é um programa que transfere um valor fixo às famílias da área rural para ser usado em pequenas reformas que melhorem o saneamento básico, incentive a produção para consumo próprio e impulse o desempenho de atividades agrícolas, como compra de sementes, insumos e equipamentos”. Fonte: <https://www.pia.pr.gov.br/servicos/Cidadania/Assistencia-social/Participar-do-programa-Renda-Agricultor-Familiar-J002p53Q>

⁸ A lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

⁹ É um dos personagens da tradicional festa do Boi de Mamão

¹⁰ A tobata é um micro trator utilizado na agricultura, funciona a manivela.

¹¹ No período anterior a 2006, o atendimento era realizado em um espaço improvisado, dentro da antiga Associação de Produtores.



Referências

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> Acesso em: 25 abr 2022.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm acesso em: 31 mai 2022.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. **Estrutura Fundiária de Paranaguá: 1850 - 1900**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 1995.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Políticas imigratórias do Paraná**. Revista Paraná. Desenvolvimento, Curitiba, v. n.87, p.39-50, jan/abr., 1996.

CÂMARA ITINERANTE VAI ATÉ A COLÔNIA MARIA LUÍZA E ACO-
LHE DEMANDAS. **Câmara Municipal de Paranaguá/PR**, Parana-
guá, 04 de Set. de 2017. Disponível em: encurtador.com.br/rJQY3.
Acesso em: 26 abr 2022.

CAMPOS, Larissa Aparecida de Paula. **Leitura socioambiental do território: o desenvolvimento a partir dos atores da área rural de Paranaguá**. Curitiba, 2018. p.106

MEC, Ministério da Educação. **Fóruns Municipais de Educação**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/Biblioteca/Materias-deDivulgacaoFME/FolderFMEA3.pdf>. Acesso em: 23 de mai 2022.

PARANAGUÁ. **Caderno de Legislação Educacional Atos Normativos do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá**. Paranaguá, 2011. Disponível em: <https://bitly.com/rdqXpC>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PPP, Projeto Político Pedagógico. **Escola Municipal do Campo José Chemure**. Paranaguá, 2021.

RAMOS, Jair de Souza. **Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.



A comunidade do Amparo em Paranaguá

Amparo é uma das dezenas de comunidades tradicionais de pescadores que se localiza no chamado complexo estuarino de Paranaguá. Nos últimos anos, contudo, a pesca tem deixado de ser a exclusiva ocupação dos seus moradores. Muitos também trabalham no porto e na área de serviços dentro da própria comunidade. Também é conhecida como Ilha do Amparo. Do ponto de vista da geografia física a comunidade faz parte do continente, porém, pela forma de acesso, que é exclusivamente pela via marítima, e por suas características culturais, é reconhecida como ilha da baía de Paranaguá.



A comunidade do Amparo (foto: google earth, 2022)

A distância do Amparo até a região central da cidade é de apro-

ximadamente 5 km. O acesso, frisamos, é exclusivamente pela via marítima e leva cerca de 20 minutos com embarcações tradicionais como canoa, bateira e bote. A entrada em Amparo é por meio do trapiche que foi construído em 2008.



Trajeto de barco do trapiche do Rocío até a comunidade do Amparo (foto: google earth, 2022)



Desembarcando no trapiche do Amparo (foto: os autores)

Caminhando pela comunidade observamos as redes penduradas na entrada de várias casas e nas árvores, além de jovens e idosos próximos ao mar, limpando as redes ou trabalhando nos barcos. É um ambiente silencioso e calmo. Da comunidade do Amparo é possível visualizar o porto Dom Pedro II, o segundo maior porto do Brasil.



Paisagem comum na comunidade, as redes, um dos instrumentos de trabalho dos pescadores (foto: os autores)



Comunidade do Amparo (foto: os autores)

Porto Dom Pedro II - Inaugurado oficialmente em 1935, hoje pode ser considerado o segundo maior porto do país e o maior porto graneleiro da América Latina, sendo um grande terminal exportador de cereais, atuando principalmente na exportação de grãos e sendo também utilizado pelo Paraguai para transporte de sua carga, conforme um tratado com o Brasil.

Fonte: <https://minha.paranagua.pr.gov.br/espaco-de-atracacao-turistica/porto-dom-pedro-ii/431>

A comunidade fica dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Trata-se da APA de Guaraqueçaba, que foi criada em 1985, possui uma extensão de 282.446,36 hectares, é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e incide sobre os municípios de Antonina, Campina Grande do Sul, Guaraqueçaba e Paranaguá. A região “engloba em sua extensão continental, costeira e estuarina uma variedade de ambientes (serra do mar, planície costeira, ilhas e manguezais) com enorme diversidade florística e faunística, sendo que esta se destaca por abrigar considerável número de espécies endêmicas e ameaçadas” (IPARDES, 2001, p.6).

Criadas, inicialmente, pela Lei 6902/1981, hoje as APAS pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulado pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. De acordo com a legislação, uma APA pode ser estabelecida tanto em áreas de domínio público quanto privado, pela União, Estados ou municípios, sendo as atividades e usos destas áreas determinados por regras específicas. No caso de área pública, as condições são estabelecidas pelo órgão gestor. Já nas propriedades privadas, o proprietário estabelece as regras, seguindo as exigências legais.

Sendo assim, são objetivos das APAS, previstos na legislação brasileira, garantir a conservação e a preservação dos vários ecossistemas naturais ali existentes; assegurar condições à realização de pesquisas integradas de Ecologia, Botânica, Zoologia, Edafologia, Geologia, Hidrologia, Limnologia e outras Ciências Naturais; e disciplinar o processo de ocupação da APA, de forma a assegurar uma alta qualidade ambiental, livre de poluição, de erosão e de outras formas de degradação dos recursos ambientais.

Fonte: Brasília Ambiental, <https://www.ibram.df.gov.br/voce-sabe-o-que-e-uma-apa/>.

O nome “Amparo” tem relação com os pescadores que utilizavam o local para se ampararem quando caíam no mar. Estima-se que as primeiras famílias chegaram nos anos de 1940, da região do Rio Buquera, nos contrafortes da Serra do Mar. Buscavam melhores condições de vida e Amparo atendeu a essa necessidade por estar próxima ao centro urbano de Paranaguá (FIGUEIRA, 2014, p.32). Essas famílias sobreviviam de uma economia de subsistência baseada na pesca, na agricultura e na caça. Uma atividade comum era a produção de farinha de mandioca. Além disso, havia plantação de arroz, feijão, batata, tomate, entre outras frutas e verduras.

Ao pesquisar sobre as origens da comunidade do Amparo numa perspectiva histórica, entendemos que os pescadores de hoje foram lavradores-pescadores em um passado recente. É importante destacar alguns fatores que fizeram da pesca a principal atividade de uma parcela expressiva de famílias, como a demanda do mercado urbano e a motorização dos barcos.

Cristina Adams (2000, p.154), em sua pesquisa sobre as populações caiçaras, afirma que “após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, essas comunidades passaram

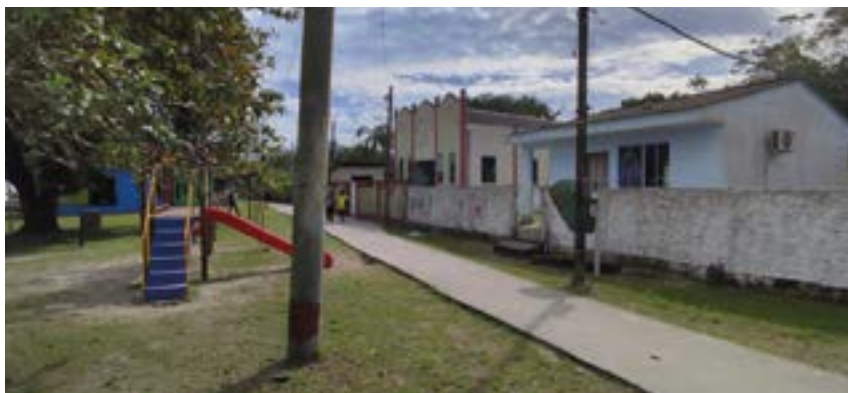
a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades de pesca em detrimento da lavoura”.

Por sua vez, José Milton Andriguetto Filho (1999), tendo como objeto de estudo a pesca artesanal, analisa a relação entre sociedade e natureza delineando as principais transformações da pesca marítima no litoral paranaense. Segundo este autor, o período entre 1965 e 1975 se destaca pela introdução de um pacote tecnológico que intensificou a pesca, composto pelos motores de centro, as fibras sintéticas e as embarcações de tábua. A introdução dos motores possibilitou um maior alcance e o surgimento de novas maneiras de pescar, “é o advento do motor que permite a introdução da pesca de arrasto de camarão, a forma mais produtiva e generalizada de pesca no Paraná” (ibid, p.187). Com as fibras sintéticas as redes ganharam maior durabilidade, o tempo para manutenção e confecção diminuiu, além disso, essa nova tecnologia tornou mais fácil o manuseio das redes.

Atualmente, devido às normas e diretrizes ambientais, é proibido o uso da terra para agricultura e a caça. A dificuldade de exercer uma atividade de subsistência dentro da comunidade é narrada pelos moradores como mais um fator que levou a se dedicarem à pesca com maior intensidade.

Fazendo um pequeno inventário da comunidade do Amparo, podemos dizer que lá existe: uma cozinha comunitária; um posto de saúde; um clube; três igrejas, duas evangélicas e uma católica; quatro pousadas; um bar; três mercearias; um campo de futebol; uma escola municipal e uma estadual, construídas no mesmo terreno, sendo a municipal na parte da frente e a estadual atrás.





O posto de saúde e ao lado está uma das igrejas evangélicas (foto: os autores)



*Igreja Católica São Sebastião
(foto: os autores)*

Algumas entidades importantes na defesa dos interesses que os moradores têm em comum, são a Associação de Moradores e a Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá.

A Associação de Moradores existe desde 1984. Por meio dela foi possível implantar um microssistema de água em 2016. Ele tem

extensão de 5 mil km² e foi projetado para atender 350 pessoas. O abastecimento é proveniente da nascente de água doce do morro Buquera, que fica na parte de trás da comunidade, a cerca de 2 km do seu núcleo principal. Esse sistema é mantido por meio de uma pequena quantia mensal em dinheiro¹. Além do abastecimento de água, a comunidade possui energia elétrica e esgoto doméstico, que é lançado em fossas sépticas. Essa infraestrutura atende cerca de 152 famílias que vivem na região.

A cozinha comunitária, gerenciada pela associação de moradores foi inaugurada em 2006. Ela serve para a realização de eventos, casamentos, aniversários e festas de interesse da comunidade. Esse espaço é utilizado também como sala de aula, para os alunos da escola estadual, os quais aguardam a inauguração da nova escola que está sendo construída.



Cozinha comunitária onde acontecem os eventos na comunidade (foto: os autores)

Outra associação relevante para a comunidade é a Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá, visto que muitas famílias tiram o seu

sustento do mar, por meio da pesca artesanal. Atualmente são 96 o total de pescadores e pescadoras que possuem a carteira de pesca. Essa carteira funciona como uma “licença” para pescar, é emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e autorizada pelos órgãos ambientais. Todo ano o pescador precisa renovar seu cadastro e assim garante alguns benefícios como ser assegurado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) durante a época de defeso. Isso significa que durante o período de desova e reprodução das espécies, época em que não se pode pescar, ele recebe um salário, parecido com o seguro-desemprego pago aos trabalhadores de comércio e empresas.

Em 2018 Amparo foi contemplada com o projeto “Conscientização e Educação Ambiental, partindo da Escola para a Comunidade”, a iniciativa surgiu da pesquisa de mestrado de uma docente que atua na escola local. Esse projeto teve como intuito levantar as fragilidades em relação ao uso dos recursos naturais e a maneira como os resíduos são descartados pelos moradores. Foi verificado que a comunidade não tinha conhecimento sobre como fazer o descarte correto dos resíduos (BONAFINI, 2019).

Algumas ações desenvolvidas no projeto foram, por exemplo, a instalação de 9 lixeiras em vários locais para que os moradores descartassem seus resíduos corretamente, colaborando com a limpeza e conservação do lugar. Por meio de aulas e palestras, alunos e moradores refletiram sobre os problemas ambientais, as causas, as consequências e definiram estratégias para contribuir com a preservação da comunidade. Em suma, o projeto refletiu na maneira como os moradores se relacionam com o meio ambiente, gerou mudança de atitudes e consequentemente a redução dos impactos ambientais.

Atualmente a coleta de lixo é feita pelos próprios moradores

em parceria com uma empresa de contêineres que opera no porto de Paranaguá, que faz a troca solidária de resíduos recicláveis por cesta básica de alimentos. Parte do material reciclável também é vendido em benefício da Associação de Moradores.



Placa de orientação (foto: os autores)

Contudo, ainda existem os impactos causados pelo porto como as suas operações de dragagem no canal, que segundo relatos tem provocado a diminuição e mortandade de peixes, prejudicando a população local.

Em 2020 as trilhas principais da comunidade foram calçadas com cimento. Os moradores relatam que a “pavimentação” foi benéfica, pois não precisam mais colocar o pé na lama. O calçamento das trilhas facilita o deslocamento em tempos de chuva, além de

possibilitar o acesso de pessoas que necessitam de cadeira de rodas e/ou que tenham dificuldades de locomoção.



Comunidade do Amparo (foto: os autores)

21

VoZes da Comunidade

Cristiane Onório Santos



Cristiane é comerciante na comunidade do Amparo, nesse lugar ela foi criada e pretende continuar vivendo. Sobre sua infância, ela diz:

“Foi um tempo bem vivido, eu brincava, estudava, me sentia livre, sem medos. Gostava de brincar com meus amigos e de ir à escola. Brincava de bets, pique-bandeira e comércio de brincadeira. Brincávamos de vender materiais recicláveis e o dinheiro era feito com folhas de árvore.

Gosto da ilha pelo sossego, liberdade da criança brincar, diferente da zona urbana onde a criminalidade toma conta”.

Franciele G. Lopes



Franciele é artesã na comunidade do Amparo. Aprendeu a fazer artesanato observando sua vizinha. Sua arte é uma maneira de contribuir na renda da família. Conta que não é fácil entrar no mato para tirar o cipó, que é a matéria prima nas suas produções, mas é um trabalho gratificante. Sobre morar em Amparo ela diz:

“O que me faz amar esse lugar é o sossego, a tranquilidade e a liberdade, as crianças brincam livremente”.

João Pereira



Seu João, 64 anos, pescador. Conta que quando sua família se mudou para Amparo a comunidade era habitada por apenas 8 famílias. A fonte de renda da família do Seu João era a agricultura, porém foi ficando cada vez mais difícil transportar as mercadorias para vender na zona urbana de Paranaguá, por isso foram mudando para a pesca. Seu João relata alguns problemas em relação à profissão de pescador hoje em dia. Diz que:

“Antigamente tinha muito peixe, mas tinha menos pescadores, hoje tem muito pescador, meu pai dizia que da onde tira e não se põe um dia vai fazer falta, e ainda existem as intervenções na natureza que afetam a pesca”.

Apesar das dificuldades, ama sua profissão, entende que estar perto da natureza é ter mais qualidade de vida.

Osmail P. do Rosário



Maíco, como é conhecido, tem 58 anos, é funcionário público e presidente da Associação de Moradores da comunidade do Amparo desde 2001. Como presidente enfrentou muitos problemas, dentre eles a questão da água. Esse foi resolvido em 2016 quando a comunidade comprou canos, construiu barragens e assim pode desfrutar de um sistema de abastecimento próprio. Ainda existem demandas, o atendimento à saúde é um exemplo. Mas quando perguntamos do que ele mais gosta na comunidade, respondeu: *“Apesar dos problemas, gosto de tudo!”*

2.2 As escolas da comunidade

A primeira escola da comunidade era uma casinha de madeira localizada onde hoje está instalada a Unidade Básica de Saúde. Em 2002 uma nova escola foi construída próximo ao campo de futebol. A Escola Municipal do Campo “Amparo” tem o seu funcionamento autorizado pela resolução nº 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982.



Escola Municipal do Campo “Amparo” (foto: os autores)

Quanto à estrutura, a escola possui duas salas, um banheiro, cozinha, depósito, área coberta e pátio aberto. Em 2019 a escola passou por uma revitalização. Foi uma parceria da Prefeitura Municipal de Paranaguá com a empresa Cattalini Terminais Marítimos. Foram reformados o piso e o teto, além disso, houve a instalação de novas portas, janelas e ar-condicionado.

Em 2022 a escola conta com 22 alunos matriculados. Quanto ao corpo docente são 3 professoras. O atendimento é realizado nos turnos matutino e vespertino em turmas multisseriadas que vão do infantil ao 5º ano. O ensino em turmas multisseriadas é defendido pelas professoras, elas entendem que é uma maneira de retomar os conteúdos dos estudantes com dificuldade e incentivar a convivência com colegas de idades diferentes. No período noturno a escola funciona atendendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.

O relato das professoras sobre essa comunidade que tem como forte característica a relação com o mar nos faz entender que o conhecimento prévio do aluno e a educação que ele adquire em família são considerados no processo de ensino e aprendizagem. Os saberes curriculares caminham junto com os conhecimentos que os estudantes possuem no que se refere, por exemplo, a direção dos ventos, aos tipos de peixes, ao clima e ao tempo. Tomar esses saberes da experiência como referência para o trabalho pedagógico é um dos princípios da Educação do Campo.



Conhecendo a história da comunidade e do Seu João. Participaram da conversa, nossa equipe, estudantes e professores da escola municipal (foto: os autores).

Finalizando este ponto sobre a escola municipal, cabe citar que um dos projetos ativos atualmente é o “Capoeira nas Escolas”, que acontece uma vez por semana e tem como objetivo o incentivo à cultura, visto que, a capoeira como dança pertence ao patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Além da escola municipal, na comunidade do Amparo existe a Escola Estadual Antonio Paulo Lopes que atende aos estudantes do Ensino Fundamental - anos finais, nos turnos matutino e vespertino. São 4 turmas com 38 estudantes matriculados. O atendimento é feito no espaço da cozinha comunitária e desde 2012 a comunidade aguarda a construção da escola na unidade oficial.



A casa verde é a sede da escola estadual que está em obras (foto: os autores)

Após longos anos de espera, finalmente a obra para construção da escola teve início em 2022 e acontece com a parceria da TCP (Terminal de Contêineres de Paranaguá) da Fundepar (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional) e do Governo do Estado. “A escola contará com 73,25 m², uma sala de administração, duas salas de aulas, uma cozinha, além de sanitários masculi-

nos e femininos com acessibilidade” (NOSSO PARANÁ, 2022).

A construção da escola gera na comunidade um misto de sentimentos. A alegria por essa demanda antiga que está sendo atendida e por outro lado a consciência do direito que foi negado todos esses anos. Direito a uma educação de qualidade que inclui uma infraestrutura adequada. Uma reportagem² da Gazeta do Povo de 2015 mostrou a ação dos pais cobrando dos governantes uma resposta quanto às condições precárias da escola.



Reportagem sobre a situação da escola estadual (fonte: Gazeta do Povo, 2015)

2.2.1 Desafios da Comunidade Escolar

O grande desafio que os estudantes moradores da comunidade do Amparo enfrentam é concluir todas as etapas da educação básica na idade correta. Ocorre que as escolas presentes na comunidade contemplam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Para continuar os estudos ingressando no Ensino Médio em um dos colégios do centro urbano de Paranaguá, esse estudante teria que arcar com os custos do transporte. Sem condições financeiras para isso, muitos abandonam a escola.

Uma estratégia adotada por alguns é esperar até completar 18 anos e assim cursar o Ensino Médio nas turmas da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Porém, neste período de espera até completarem a idade para entrar na EJA, eles se envolvem em atividades trabalhistas e não completam a educação básica. É comum as meninas se tornarem marisqueiras ou comerciantes e os rapazes, pescadores.

2.3 Cultura, tradições, Saberes e fazeres da comunidade

A comunidade do Amparo é caracterizada como uma comunidade tradicional, pois durante todo o período de sua história construiu uma diversidade de saberes e tradições ligados ao mar e à natureza. Os moradores desenvolvem suas habilidades junto a seus familiares ou pessoas próximas, que passam a cultura de saberes de geração para geração como uma forma de garantir e manter a identidade local.

O que são comunidades tradicionais?

De acordo com o DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, são consideradas comunidades tradicionais todas aquelas que têm cultura diferente das demais regiões e formas próprias de organização social, desempenham suas atividades econômicas, religiosas e culturais ligadas intimamente com a natureza e seus conhecimentos são um conjunto de construções de saberes milenares que são transmitidos de geração a geração.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

Os moradores utilizam a pesca como meio de garantir sua renda e de sua família. Para executar esse trabalho é preciso ter co-



nhecimento sobre a direção dos ventos, sobre o clima, a época certa para a pesca de cada espécie de peixe e o tipo de rede que deve ser utilizada. Esses saberes são repassados ao longo das gerações por pessoas mais velhas que já tem esse conhecimento para os mais novos que também adquirem esse saber com a experiência em alto mar.

Na região do litoral paranaense existem épocas certas para pescar variadas espécies de peixes e frutos do mar ao longo do ano, como é o caso do camarão que é capturado entre fevereiro e junho. Entre maio e julho é quando ocorre a tradição da pesca da tainha. Agosto é marcado pelo período de seca, no qual é possível a pesca somente do peixe miraguaia ou peixe preto. Em setembro é a vez da pescada amarela. Em dezembro até março é permitida a captura do caranguejo da espécie “uçá”. Esses são alguns exemplos da grande diversidade marinha que existe na região. Para a pesca de cada espécie dessas existem redes específicas, alguns exemplos são: a rede malha 10 que é própria para a captura da tainha e a rede com 330 braças que é específica para pegar a pescada amarela.

Ainda no que se refere à cultura da pesca, em meados do século XX, quando era muito comum o uso de canoas de madeira, alguns moradores da região fabricavam canoas de um pau só. A canoa tinha esse nome, pois para sua fabricação era utilizado o tronco de apenas uma árvore. A escolha desse tronco obedecia alguns critérios. A árvore tinha que estar seca, ter uma altura e largura necessárias para a construção da canoa. As espécies de árvores utilizadas eram a guaricica branca, guanandi branco ou vermelho, canela e cedro. O corte era feito com o machado e para moldar a parte interior da canoa era utilizado o enxó³. Eles limpavam a árvore e iniciavam os primeiros processos da produção da

canoa ainda na floresta, depois voltavam para suas casas com o tronco e terminavam a produção moldando-o no formato certo e envernizando. Do processo de escolha da árvore até a etapa final levava cerca de 1 a 2 meses. Essas canoas quando bem tratadas duravam em média 10 anos.

Quanto às festas, a primeira tradição que traçou a história da comunidade foi o fandango. Na comunidade existia um pequeno grupo de pessoas que se juntavam para ensaiar as danças típicas do fandango, passavam cerca de 2 dias ensaiando as danças com o tamanco e se deslocavam a pé até outras comunidades do entorno para festejar. Com o passar dos anos e a chegada de novos moradores essa tradição foi se perdendo dentro da comunidade, o que resultou no aparecimento de novas tradições, como é o caso das festas que hoje fazem parte do calendário da ilha de Amparo.

Como uma forma de apreciar sua cultura, seus saberes e fazê-la conhecida por outras regiões, foram criadas outras festas que marcam a identidade atual da comunidade. As comemorações são organizadas pelos moradores e Secretaria da Cultura e Turismo, as festividades são realizadas dentro da cozinha comunitária, ocorrem ao longo do ano e são divididas em festas ligadas a pesca e festas religiosas.

O calendário festivo é estabelecido da seguinte forma: no mês de janeiro ocorre a festa em louvor a São Sebastião, padroeiro da ilha que leva seu nome na igreja da comunidade. Na igreja é realizada a missa e na cozinha comunitária é fornecido um almoço coletivo preparado pelos moradores.

Em fevereiro é realizada a festa do camarão, os moradores usam o espaço da cozinha comunitária para servir o almoço com comidas típicas e porções de frutos do mar, especialmente o ca-



marão. Também contam com a presença de cantores locais que se apresentam nesse espaço.

Em maio de 2022 deu-se início a Festa da Tainha que pretende se fixar no calendário anual de comemorações como mais um dos festejos da comunidade. No almoço são servidos diferentes preparos da tainha, como a tainha recheada, tainha defumada e tainha aberta. Esses pratos típicos são feitos e servidos pelos moradores dentro da cozinha comunitária.

Outra festividade que iniciou-se em 2022, foi a Festa do Marisco que ocorreu durante os meses de agosto a setembro e reuniu os pescadores das comunidades do Amparo, Ilha dos Valadares, Vila Guarani e outras comunidades pesqueiras. A festa é realizada nas imediações do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio. Durante a festa são servidos pratos típicos e diferentes receitas que contêm como ingrediente principal o marisco (PARANAGUÁ, 2022).



Cartaz de divulgação da 1ª Festa do Marisco em 2022

Além da pesca, o artesanato é outro saber que enriquece a cultura local. A matéria prima utilizada pelas artesãs é o cipó, que é retirado da Figueira e da Tabocuva, duas espécies de árvores. O conhecimento empregado para a produção foi herdado de familiares que tinham o artesanato como fonte de renda. O cipó oferece diversas possibilidades de criação, como artigos de decoração e utensílios para o trabalho. Podem ser feitas galinhas para guardar ovos, peixes para guardar temperos, cestos de roupas, samburá⁴, tartaruga, cesta para colocar pão entre outras coisas.

Um pouco mais sobre o processo de produção de artesanato com cipó está organizado na página seguinte.

Essa junção cultural e tradicional faz parte da identidade da comunidade do Amparo, que com o passar do tempo vem ganhando visibilidade e quem sabe, futuramente, mais investimentos principalmente na área da educação.

Produção de artesanato com cipó

1



O cipó é retirado da árvore-mãe, depois ele é descascado e fica no sol secando por aproximadamente 2 dias.

2



Depois de seco e com o auxílio de uma faca o cipó é destalado em até 5 partes para ser feito a produção. Para deixar ele roliço usa-se uma raspadeira. Para confeccionar o artesanato o cipó não pode estar muito seco, caso ele esteja muito seco a alternativa é molhar na água para umedecer e não quebrar durante a fabricação.

3



O processo para iniciar a produção é feito pela parte de baixo, pela base do tecido. E conforme o que será feito, vai ganhando forma a partir do entrelaçar do cipó.

4



Após confeccionar o utensílio é necessário deixá-lo secar ao sol antes de envernizar.

5



A etapa final da fabricação é o envernizamento do material para que tenha longa duração e para evitar o bolor.

6



Alguns dos artesanatos são confeccionados para uso na pesca e por isso não é preciso envernizar. Por exemplo, o samburá que é uma ferramenta de trabalho utilizada para capturar camarão.

Outras questões e demandas por melhorias

Já apontamos nas páginas iniciais deste caderno, a proximidade entre a comunidade do Amparo e o porto D. Pedro II. Esta proximidade faz com que a comunidade seja afetada pelas atividades do porto. Vejamos dois exemplos, o acidente de 2004 e a derrocagem da Pedra Palangana em 2021.

No dia 15 de novembro de 2004, o navio com bandeira Chilena Vicunã, explodiu no píer de uma empresa atuante no porto de Paranaguá e acarretou no vazamento de aproximadamente 290 mil toneladas de óleo combustível no mar (FIGUEIRA, 2014). Já em um evento recente, no ano de 2021, foi realizada, não sem protestos por parte de diversas entidades e movimentos sociais representativos das comunidades do seu entorno, a explosão para a retirada da Pedra da Palangana na baía de Paranaguá (PROTA, 2021). A justificativa apresentada pela administração do porto e disponibilizada no site oficial⁵, é que com o aumento da profundidade do canal será possível receber navios maiores e mais modernos, ampliar o comércio internacional e diminuir o risco iminente de acidentes.

Quanto às consequências, o acidente poluiu a maré, atingiu uma diversidade de espécies da fauna e paralisou o trabalho com a pesca, do qual sobrevive a maioria dos moradores da comunidade do Amparo. Os pescadores entraram na justiça e tiveram algumas compensações pelos danos materiais, porém, os impactos ambientais, econômicos e sociais causados pelo acidente são sentidos pelas comunidades ao entorno até os dias atuais. Ainda não é possível mensurar as consequências da derrocagem, que

continuam em 2022, porém, houve protesto dos pescadores que temem os impactos e prejuízos para a fauna e a flora.

Por fim, no que se refere à saúde, os moradores reivindicam melhorias no atendimento, pois a única especialidade disponibilizada na Unidade de Saúde é o clínico geral que atende apenas uma vez no mês.



Agradecimentos

Este Caderno Pedagógico foi elaborado com ajuda da comunidade e a partir da comunidade. Muitas colaborações foram feitas para que esse material fosse construído.

Agradecemos a Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá na pessoa de Joice Pereira que possibilitou nossa aproximação com as professoras das Escolas do Campo.

Agradecemos as professoras da Escola Municipal do Campo “Amparo”, em especial, Luciane Godoy Bonafini que agendou nossas reuniões com os moradores e conversou com nossa equipe sobre os desafios da comunidade escolar.

Agradecemos aos moradores de Amparo que conversaram conosco, compartilharam suas histórias e vivências na comunidade: Arildo da Silva Mendes, Cristiane Onório Santos, Franciele G. Lopes, João Pereira e Osmail P. do Rosário (Maíco).

Agradecemos ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá pelo envio de documentos, relatórios e reportagens sobre a história da cidade.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste caderno, nós agradecemos!

Os autores



Notas

¹ 10 reais no ano de 2022.

² Link da reportagem: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colegio-estadual-funciona-em-cozinha-comunitaria-na-ilha-do-amparo-localizada-na-baia-de-paranagua-81jgeudju8xyl-tfxag6rvqcfe/>

³ Enxó é um instrumento de carpinteiro e de tanoeiro, de cabo curto e chapa de aço cortante, que serve para desbastar madeira. (<https://www.cimm.com.br/portal/verbetes/exibir/2209-enxo>)

⁴ SAMBURÁ: (pesca) Pequeno cesto de cipó deixado no mar para manter o camarão vivo. (Muniz,2021)

⁵ <https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Saiba-mais-sobre-derrocagem>



Referências

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem**. Revista de Antropologia. v.43, n. 1. pp.145-182. 2000.

ANDRIGUETTO, José Milton. **Sistemas técnicos de pesca e sua dinâmica de transformação no Litoral do Paraná- Brasil**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná e Université de Bordeaux II. Curitiba, p. 255. 1999.

BONAFINI, Luciane Godoy. **Conscientização e Educação Ambiental: partindo da escola para a comunidade**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais). Universidade Federal do Paraná, p. 149. 2019.

FIGUEIRA, Priscila Onório. **Isso aqui pra mim é vida: memória, história, pesca e desastre ambiental numa configuração social (Amparo, Paraná, 1940-2010)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, p.124. 2014.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 2001.

MUNIZ, José Carlos. **Falas do mar e do mato: registros do linguajar caiçara**. José Carlos Muniz, Aorélio Domingues, Cleiton do Prado, José Hipólito Muniz, Mário Ricardo de Oliveira, Edson Afonso Domingues. Guaraqueçaba: edição do autor, 2021. 125 p.

NOSSO PARANÁ. **Ilha do Amparo receberá escola no valor de 300 mil reais**. 2022. Disponível em: <https://www.nossoparana.com.br/news/ilha-do-amparo-recebera-escola-no-valor-de-300-mil-reais>. Acesso em: 03 out. 2022.

PARANAGUÁ. **1ª Festa do Marisco começa hoje, 25, em Paranaguá**. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia1669.html> . 2022.

PROTA, Marinna. **Processo de derrocagem da Pedra Palangana começa na sexta**. JBlitoral. Paranaguá, 02 de setembro de 2021. Disponível em: <https://jblitoral.com.br/processo-de-derrocagem-da-pedra-palangana-comeca-na-sexta/>



A comunidade de Canhembora em Morretes

Rio Sagrado é um bairro localizado na zona rural do município de Morretes. Engloba as comunidades conhecidas como Canhembora, Candonga, Brejamirim e Rio Sagrado Alto. O acesso a ele se dá pela BR 277 na altura do quilômetro 29. Desde a BR até a localidade do Canhembora a estrada é toda asfaltada e possui 4 quilômetros de extensão.



Placa indicativa na entrada da comunidade (foto: os autores)

A microbacia¹ do Rio Sagrado faz parte da Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba e de acordo com Sampaio (2010, p.76) ela “integra a Bacia Hidrográfica Litorânea, inserida na Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica, sendo um dos remanescentes mais preservados de Floresta Atlântica no Mundo”.

Duas histórias explicam o significado do nome Rio Sagrado². A primeira remete ao período da escravidão. Conta que quando escravizados fugidos passavam do rio, eles não poderiam ser capturados, pois não estavam mais numa localidade pertencente à comarca de Paranaguá. O rio então era “sagrado”, pois atravessá-lo significava liberdade, recomeço. A segunda faz referência a um morro da região que fica próximo ao rio. Por ser de difícil acesso, coberto por mato e servir de esconderijo para animais passou a ser considerado sagrado.



Rio Sagrado (foto: os autores)

Primeiramente o lugar era habitado por povos originários (índigenas), em 1870 chegaram pessoas de outras etnias. A motivação foi a proximidade das linhas do telégrafo. Esses moradores prestavam serviços como a poda da mata, por exemplo, de maneira que não danificassem os fios. Cultivavam mandioca, batata, milho, cará e alguns outros itens exclusivamente para subsistência. A agricultura para comercialização iniciou-se com a chegada de famílias de origem alemã que migraram a fim de colonizar a comunidade do Candonga (HENRÍQUEZ ZÚÑIGA; TOMASELLI 2006 *apud* Alves 2010). A produção atualmente está concentrada no cultivo de banana, pupunha, mandioca, cana-de-açúcar, milho e hortaliças.

Alguns trabalhos publicados (ALVES, 2008; BONATO, 2019) apontam para cerca de 520 famílias residentes na região, dentre as quais 270 são moradores que trabalham na agricultura, prestam serviços nas chácaras ou no centro urbano e outras 250 migraram de outras regiões do estado, grande parte de Curitiba, e são proprietários de chácaras.

Fazendo um pequeno inventário da região do Rio Sagrado podemos dizer que lá existe: um posto de saúde com serviço odontológico e médico; uma igreja católica, quatro igrejas evangélicas; pousadas, alguns bares, pequenos mercados, uma loja de roupas, uma de materiais de construção, uma chácara que vende plantas ornamentais; pequenas indústrias caseiras artesanais com produção de banana chips, batata, pupunha, bala de gengibre, berereca e polvilho; uma fábrica de farinha de mandioca; uma de bala de banana; uma de banana passas e duas associações.



Localização das principais comunidades do Leste da Microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes – Paraná (fonte: SAMPAIO, 2011 *apud* DOURADO, 2011).

A Associação de moradores do Rio Sagrado (AMORISA) está localizada na estrada das Canavieiras e foi fundada em julho de 2003 por moradores das comunidades do Rio Sagrado, Canhembora, Brejamirim e Candonga. A sede é de propriedade da associação e possui salão, cozinha com churrasqueira e banheiros, usada para eventos sociais, festas de aniversários e confraternizações de interesse da comunidade. Atualmente, uma vez por mês, o espaço é utilizado pelo grupo da terceira idade. A AMORISA administra os dois microsistemas de abastecimento de água da comunidade, que atualmente beneficia 193 usuários e conta com mais de 7 km de rede.



Sede da Associação de moradores do Rio Sagrado, localizada na comunidade do Canhembora (foto: os autores)

A outra associação é a “Associação Cozinha Comunitária do Candonga”. Criada em meados do ano de 1996 ela está situada na Estrada das Canavieiras, nº 3992, no bairro Candonga. Sua finalidade principal é a agroindustrialização de produtos *in natura*, além disso, organizar compra de insumos, máquinas e equipamentos, produtos de uso doméstico e/ou necessários às atividades dos associados, de

forma a promover o desenvolvimento integrado da agricultura.

Neste mesmo lugar funciona a Biblioteca Comunitária com 3500 livros catalogados. É um local para consulta e empréstimo aos educandos das escolas da região. Em 2009 ela foi reinaugurada por meio de um projeto do curso de Licenciatura em Educação no Campo da UFPR (Universidade Federal do Paraná) setor Litoral. Hoje em dia a biblioteca não está funcionando por falta de estagiários e voluntários.

A ideia de criar uma biblioteca na comunidade começou quando receberam uma doação de livros do Instituto Mirtillo Trombini em 2007. Como continuaram recebendo doação, o local em que os livros estavam sendo armazenados ficou pequeno. Até que a associação cedeu um espaço onde funciona a cozinha. Desde a sua criação a biblioteca já serviu a comunidade com cursos pré vestibulares, cursos de informática, reforço escolar e oficinas.



Sede da Associação Cozinha Comunitária do Candonga, onde também funciona a biblioteca (foto: os autores)

31

Vozes da Comunidade

Adelia Nunes Marcato



A Sra. Adelia migrou com seus familiares de Minas Gerais para Antonina, região do Rio Pequeno, posteriormente para Canhembora. Foi convidada pela equipe gestora da época para dar aula na escola em Canhembora. Em 1969 iniciou seu legado como professora na comunidade, o que durou 46 anos. Relata que os desafios que enfrentou no início da profissão foram a falta de um material didático e a necessidade de desempenhar múltiplas funções.

A professora era responsável por cozinhar a merenda, fazer a limpeza da escola e cuidar da higiene dos 40 estudantes matriculados. Morar em uma comunidade rural e ser professora de uma escola do campo é motivo de orgulho para a professora Adelia que relembra com emoção e saudades os momentos de aprendizado e diversão com as crianças. Quando questionada se sairia do campo para morar na cidade, responde com convicção “mas nem pintado de ouro”.

Maria Eliane de Souza Bonato



Maria Eliane dedicou grande parte de sua vida ao trabalho na roça, plantando chuchu, tomate e fazendo conservas. Foi presidente da cozinha comunitária entre 2014 e 2020. O papel que desenvolve na comunidade atualmente está relacionado à educação. É graduada em Pedagogia pela FAFIPAR e Educação do Campo pela UFPR. Possui especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional e Inclusiva. Em 2016 foi aprovada no concurso do município de Morretes e desde 2017 atua como professora da comunidade em Canhembora.

“A formação em Educação do Campo me proporcionou uma visão mais humanista da educação, o interesse em saber mais sobre a realidade do educando. Gosto de trabalhar na escola em Canhembora pois fui aluna da comunidade e me sinto feliz em devolver o que recebi compartilhando minhas vivências e experiência de vida. Aqui eu ensino e aprendo, esse ano tenho aprendido com meu aluno autista. Ser professora é algo muito sério, é uma responsabilidade que está além de ir lá e passar conteúdos. Uma frase que tenho comigo e que me inspira é: conhecimento a gente não guarda, nós dividimos para multiplicar.”

Miriam Cristina da Silva



Cris, como é conhecida na região, herdou de seus avós o engenho artesanal de farinha construído há mais de 150 anos. Nesse local ela preserva os instrumentos e a maneira de produzir a farinha de mandioca. A produção ocorre conforme encomenda, pois os processos são longos e trabalhosos para serem realizados por apenas uma pessoa. Apesar de todo o trabalho, Cris sente alegria em compartilhar os conhecimentos que fazem parte das lembranças de sua família e que preservam a cultura local. Ao comentar sobre o futuro do engenho, lamenta que *“os demais familiares não pretendem continuar essa tradição”*.

32

A Escola Rural Municipal de Canhembora

A Escola Rural Municipal de Canhembora começou a funcionar em 1960 em um local cedido por moradores da comunidade. Uma construção de madeira, com duas salas de aula, cozinha, varanda e banheiro. Além de ensinar, a professora da escola era responsável pela limpeza e por cozinhar a merenda dos estudantes. Nessas classes que funcionavam de forma multisseriadas eram ofertados da 1ª a 4ª séries do primeiro grau (hoje Ensino Fundamental I). O documento que oficializa a criação da escola é o Decreto nº 17/78.



Escola Rural Municipal de Canhembora (foto: os autores)

Em 1984 a escola precisou mudar de lugar, pois o terreno em que estava havia sido vendido. A nova escola foi construída num terreno próximo, tendo sua estrutura em alvenaria, com duas salas de aula, uma cozinha, uma despensa e um banheiro. Em frente à escola existe um campinho que apesar de ser particular é cedido para as aulas de educação física e recreio. Chama atenção a beleza da natureza no entorno da escola. O som do Rio Sagrado, as galinhas que aparecem ciscando por ali e o canto dos passarinhos. Em 2006, obedecendo a legislação quanto ao Ensino Fundamental de 9 anos, a escola passa a atender crianças entre 5 e 10 anos, em turma do Pré ao 5º ano. O corpo docente da escola em 2022 é composto por 7 professoras e o total de alunos é 39.



Ponte que dá acesso à escola (foto: os autores).



Ponte que dá acesso à escola (foto: os autores).

As escolas da zona rural em Morretes ainda são denominadas “Escolas Rurais Municipais”. Não existe uma proposta para que a nomenclatura seja atualizada para “Do Campo”. Apesar disso, destacamos que existe uma diretora comum a essas escolas, ou seja, existe uma iniciativa para que os assuntos relacionados às escolas rurais sejam tratados a parte. Entendemos que o “Rural” não impede que essas escolas atuem como “Do campo” tendo em vista que a essência de uma Escola do Campo é que “ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital” (CALDART, 2012).

3 2 1 Desafios da comunidade escolar

Os principais desafios da comunidade escolar estão relacionados ao espaço físico da instituição. As salas de aula, cozinha e banheiro são espaços pequenos e pouco arejados. Falta um refeitório, uma área coberta para o recreio e educação física, falta banheiro dos professores. A escola precisa de manutenção constante de pintura em razão da alta umidade da região.



NECESSIDADES DA ESCOLA APONTADAS NESTE DOCUMENTO PROVAVELMENTE ANTERIOR A 1984:

- Reparo no telhado, forro, portas janelas, assoalho, piso da área.
- Colocar vidro nas janelas e instalação de mictórios.
- Pintura do prédio.

Reivindicações de reparos na antiga escola de Canhembora, estima-se que esse documento seja anterior a 1984, pois na foto a escola ainda era de madeira (foto: Maria Eliane de Souza Bonato)

33

Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade

Uma tradição que fez parte da comunidade foi o “pixirão”, uma espécie de mutirão formado pelos moradores para realizar atividades de cuidado como as roçadas e manutenção das estradas de terra. Após a finalização dos trabalhos reuniam-se e desfrutavam do momento de descanso para cantar, tocar instrumentos e contar histórias.

No livro *Falas do Mar e do Mato: registros do linguajar caiçara*, o pesquisador José Carlos Muniz descreve MUTIRÃO/ PITIRÃO/ MIXIRÃO/ MITIRÓ/ PITIRÓ como “Trabalho coletivo tendo como Paga, a realização do Fandango Caiçara na casa do Dono do Mutirão, este que devia abastecer de alimentos e bebidas durante a Paga.”

Uma festividade comum na comunidade é realizada na Capela do Rio Sagrado em homenagem a São Manoel. Com início em 1917 as festas acontecem, tradicionalmente, no mês de junho, porém em 2022 foi realizada no mês de julho. Pela manhã ocorreu a celebração da missa e almoço coletivo, no período da tarde foram realizados bingos e sorteios. A outra festa religiosa acontece na Capela de São Francisco de Assis. A festa em homenagem ao san-

to padroeiro dos animais e da natureza ocorre no mês de outubro desde que a capela foi inaugurada em 2006.

Os saberes e fazeres tradicionais estão relacionados ao cultivo de banana, pupunha, mandioca, cana-de-açúcar, milho e hortaliças. Dentre esses destacamos a banana, a mandioca e o palmito que estão mais relacionados a uma produção de subsistência das famílias e pelo maior fomento da economia local. A partir desses produtos são feitas comidas típicas e artesanatos.

Um exemplo é a fibra da bananeira. Para a extração da fibra é necessário que a bananeira dê o seu fruto e no período em que o cacho estiver maduro, pronto para o corte, ele é retirado e é usado o tronco da planta. No que se refere ao tamanho, o tronco é cortado de acordo com a preferência da artesã. Depois do processo de corte, inicia-se a extração da fibra, sendo possível retirar 5 tipos de fibra: fibra 1, fibra 2, a fibra interna, a renda e a externa. Todas são próprias para o artesanato. Após a retirada das fibras elas precisam secar ao sol para desidratar durante 2 a 3 dias. Após isso estão prontas para serem usadas na confecção dos artesanatos. Existem variações de cores da fibra de acordo com espécies diferentes da bananeira, alguns exemplos são: a banana caturra e banana da terra que têm tons escuros, a banana maçã e banana prata tem tons mais claros, já a banana São Tomé ou banana vinho e a banana ourinhos apresentam uma coloração lilás. Com a fibra é possível produzir chapéus, bolsas, sousplat, jogo americano, descanso de panela, bandeja, tapete, relógios e uma diversidade de utensílios.



Artesanato produzido com fibra de bananeira. Esse foi um registro da participação da artesã Ana Armstrong, no I Painel sobre Educação do Campo do Litoral do Paraná que aconteceu em setembro de 2022 na Unespar-Paranaguá (foto: os autores).

Outro saber comum na região é o cultivo do palmito pupunha e juçara. O plantio do palmito pupunha é feito com mudas em solo úmido. Após 2 anos da data do plantio é possível fazer o primeiro corte da planta e depois do primeiro corte ela ainda gerará frutos durante aproximadamente 10 anos. A pupunha pode ser utilizada in natura e em conservas. Os produtores associados usam o espaço da cozinha comunitária para o beneficiamento do produto. Quanto ao palmito juçara, o cultivo é por meio de mudas e plantio de sementes em solo úmido ou seco. O tipo de solo influencia no tempo de crescimento do fruto. Para serem colhidos os primeiros

frutos leva em média de 5 a 6 anos e após a primeira colheita os frutos crescem anualmente. Seu período de colheita é durante o mês de abril até meados de setembro. Cada cacho da planta pode chegar a 20 kg aproximadamente. A partir das sementes extraídas é possível fazer a produção de polpa para sucos, açaí, geleias, etc.



Palmeira Pupunha e Palmeira Juçara (foto: Maria Eliane de Souza Bonato)

SAIBA MAIS:

A palmeira juçara está classificada como espécie vulnerável pertencente a família arecaceae dentro da “Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção”, isso porque durante décadas houve uma intensa exploração do palmito da juçara para comercialização ilegal. Devido ao fato dessa espécie de palmeira não se regenerar após o seu corte, ela está ameaçada de extinção. É considerado crime ambiental o corte da árvore e extração de seu palmito para a venda e consumo, só é permitido o plantio e a extração sustentável de seu fruto jaçai, que por sua vez se reproduz anualmente.

Fonte:

http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf

<http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Euterpe%20edulis>

A mandioca é utilizada no preparo de alimentos como a berereca, cuscuz, tapioca, biju, biju na folha da bananeira, farinha, croquete, polvilho doce e azedo. A berereca é um prato típico da região de Morretes e tem sua maior produção em Canhembora. A mandioca passa por diversos processos até chegar ao produto final. É uma receita que demanda tempo e saberes específicos para fazê-la (conforme detalhado na página seguinte). Atualmente poucas pessoas na região produzem esse prato e os que mantêm a tradição ativa aprenderam o preparo com seus pais e moradores mais antigos.

Uma atividade que tem fomentado o turismo local é a inclusão do bairro no percurso de aventureiros do *mountain bike* (MTB). Os

ciclistas utilizam as estradas da comunidade como parte do percurso nos eventos que promovem. Isso tem colocado a comunidade do Rio Sagrado em evidência, o que consequentemente reflete na economia.

O preparo da Berereca

1



A mandioca precisa ficar de molho na água até amolecer. Entre 5 e 10 dias, depende da temperatura. Na foto esse processo foi feito em um lago.

2



Lavar, descascar e tirar o fiapo do meio.

3



Por estar bem molinha a mandioca naturalmente “desmancha” na mão

4



Na prensa toda a água é retirada

5



Após retirar toda a água, passa pela peneira

6



Passa pelo pilão para deixar a massa ainda mais fina

7



Acrescenta ovos e um tipo de gordura, pode ser banha de porco ou margarina. Mexe a massa com as mãos.

8



Separa as porções

9



Espalha a massa numa folha de bananeira

10



Coloca para assar

11



Está pronta!
O ideal é consumir com geleia ou requeijão.

E bom
Apetite!

(fotos: Miriam Cristina da Silva)

34 Outras questões e demandas por melhorias

A implantação e operação do Corredor Oeste de Exportação – Nova Ferroeste tem sido uma questão importante dentro da comunidade do Rio Sagrado. O governo do estado do Paraná apresenta como justificativa para esse empreendimento o investimento numa infraestrutura que ligue as regiões produtoras do Paraná e do Mato Grosso do Sul ao porto de Paranaguá, além de aumentar a capacidade do transporte, diminuir o tempo e custos, diminuir o fluxo de caminhões nas rodovias e consequentemente redução na emissão de gases poluentes (RIMA, 2021). O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) encomendado pelo Paraná à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) aponta os possíveis impactos ambientais positivos e negativos, bem como os programas ambientais que visam mitigar ou compensar esses impactos.

Dentro da comunidade existem os favoráveis e os contrários a essa construção. Os que concordam acreditam que a ferrovia trará investimentos, oportunidade de negócios e geração de emprego. Os que discordam apontam os impactos ambientais negativos que a obra irá causar. O trajeto da ferrovia interceptará a bacia do Rio Sagrado, que abastece as comunidades do município de Morretes. Estão previstos também a construção de viadutos, pontes e túneis que impactarão diretamente as propriedades, modificando as paisagens.

Existem ONG's e projetos que questionam a falta de transparência e omissões na análise de todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto da Nova Ferroeste no trecho referente a Serra do Mar. Um dos questionamentos é o porquê do não aproveitamento do traçado ferroviário que já existe³.

O projeto de construção está na fase da licença prévia, que consiste na avaliação do local pelo órgão ambiental. A implantação está prevista para ser executada ao longo de 20 anos, contados quando iniciar os projetos executivos.

Outra questão é o fato da comunidade não possuir uma associação para auxiliar os agricultores familiares na comercialização dos seus produtos. Já existiram algumas cooperativas, como a de leite, porém, por problemas de política e gestão, deixaram de existir. A falta de uma associação torna os produtores refém de atravessadores, o que diminui sua lucratividade. Muitos optam por vender diretamente nas feiras e no CEASA.

Quanto a Associação Comunitária Candonga, ela está passando por uma reestruturação da equipe gestora, com isso a cozinha e a biblioteca não estão sendo utilizadas. A cozinha comunitária deixa de cumprir sua função de contribuir com as famílias de baixa renda no beneficiamento e comercialização de seus produtos. Em relação à biblioteca, existe um processo na prefeitura do município de Morretes a ser aprovado que prevê a contratação de um estagiário. A expectativa é que ela volte a ser um espaço para realização de cursos, oficinas e fomento das práticas de leitura.

Agradecimentos

Este Caderno Pedagógico foi elaborado com ajuda da comunidade e a partir da comunidade. Muitas colaborações foram feitas para que esse material fosse construído.

Agradecemos a Secretaria Municipal de Educação em Morretes na pessoa de Anna Vitória de Souza Braz que possibilitou nossa aproximação com as professoras das Escolas Rurais.

Agradecemos as professoras da Escola Rural de Canhembora, principalmente Maria Eliane de Souza Bonato que foi incansável, nos recebeu diversas vezes na escola, nos acompanhou numa das visitas pela comunidade e compartilhou muitas experiências como professora, produtora e moradora da região.

Agradecemos aos moradores da comunidade do Rio Sagrado que conversaram conosco, compartilharam suas histórias e desafios: Adelia Nunes Marcato, Miriam Cristina da Silva e Isael Alves.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste caderno, nós agradecemos!

Os autores.

Notas

¹ Sob o aspecto físico, microbacia é uma área geográfica relativamente homogênea, compreendida entre os divisores de água, que é drenada para um curso de água principal. Quando a esse conceito se agrega o aspecto social, a microbacia passa a ser entendida como uma unidade de planejamento de uso e conservação do solo, e execução de atividades agropecuárias e ambientais com vista ao desenvolvimento humano sustentável. Fonte: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Microbacias>

² A primeira história conhecemos a partir da nossa pesquisa de campo, a segunda por meio do texto História da ocupação humana e do uso da natureza na microbacia hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, Paraná, Brasil) de Gomes et al. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2520>

³ Conferir a página 51 do Tomo VII do EIA -Alternativas Técnicas e Locacionais. Disponível em <https://www.novaferroeste.pr.gov.br/Pagina/Estudo-de-Impacto-Ambiental>.



Referências

ALVES, Flavia Keller. **Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.COM): Um Projeto Piloto na Comunidade do Entorno da Micro-Bacia do Rio Sagrado (Morretes/PR)**. Tese de Mestrado em Administração. Universidade Regional de Blumenau, 2008.

BONATO, Maria Eliane de Souza. **Espaços não formais de educação: a cozinha e a biblioteca comunitária como recurso pedagógico no fortalecimento da comunidade Candonga em Morretes/PR**. Trabalho de conclusão de curso. 2019. TCC Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Matinhos, Paraná, 2019.

CALDART, Roseli S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DOURADO, Edinan Cardoso. **Identidade como valor simbólico no processo de desenvolvimento territorial da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado – Morretes (PR)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), do Curso scriptusensu, Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2011.

MUNIZ, José Carlos. **Falas do mar e do mato: registros do linguajar caçara**. José Carlos Muniz, Aorélio Domingues, Cleiton do Prado, José Hipólito Muniz, Mário Ricardo de Oliveira, Edson Afonso Domingues. Guaraqueçaba: edição do autor, 2021.

SAMPAIO, Carlos Alberto Ciose. **Gestão que privilegia uma outra**

economia: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: Edifurb, 2010.

SANTOS, Gilberto Friedenreich dos; FERNANDES, Lizandro Nunes; SOUSA, Cristiane Mansur de Moraes e; GARROTE, Martin Stabel. **História da ocupação humana e do uso da natureza na microbacia hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, Paraná, Brasil)**. Revista Geográfica De América Central, 2 (47E) 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/252>. Acesso em 12 ago, 2022.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental do Corredor Oeste de Exportação – Nova Ferroeste**. São Paulo, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/gtyWX. Acesso em 12 ago, 2022.



A comunidade do Cachoeira em Antonina

A grande Reserva Mata Atlântica¹ está organizada em 5 setores: Setor Lagamar Norte, Setor Alto Ribeira, Setor Alto Montanha e Araucárias, Setor Serra do Mar Lagamar e Setor Serra do Mar Sul. Dentro de cada Setor existem alguns Portais. O Setor Serra do Mar Lagamar abriga 5 portais: Portal Guarakessaba, Portal das Ilhas, Portal Guaraguaçu, Portal Graciosa e o Portal Vale do Gigante.



Grande Reserva Mata Atlântica – Vale do Gigante (fonte: <https://grandereservamataatlantica.com.br/documentos/>)

O Portal Vale do Gigante está localizado na área rural do município de Antonina, leva esse nome, pois as inúmeras montanhas que o compõe lembram um ser gigante adormecido. Essa região tem recebido cada vez mais visitantes atraídos por sua variedade ambiental e com isso as comunidades têm se unido para oferecer serviços e atividades tais como hospedagem, alimentação, esportes aquáticos, cultura, guias, trilhas, passeios, etc.



Legenda: Mapa Setor Serra do Mar Lagamar (fonte: <https://grandereservamataatlantica.com.br/documentos/>)

As comunidades que fazem parte do Portal são: Bairro Alto, Cachoeira de Cima, Rio Pequeno, Cacatu, Limoeiro, Legado, Faisqueira, Cedro, Quara quara, Rio do Nunes, Rio Curitibaba e Faisqueirinha. Dentre elas destacamos o bairro Cachoeira, onde está localizada a escola municipal que atende todos os alunos da re-

gião. Por meio da Lei Estadual n.º 4.983, de dezembro de 1964 foi criado o distrito de Cachoeira de Cima e anexado ao município de Antonina, os outros dois distritos deste município são Antonina e Cacatu.

No que se refere ao acesso ao bairro Cachoeira, saindo da PR-408 em direção a PR-340, segue pela estrada asfaltada por 7,3 km. Na entrada da comunidade existe uma placa de atrativo turístico informando que a Aspran fica 1 km à direita, a Usina Parigot de Souza 2 km à frente e o Santuário Vitória Régia 3 km à frente.

Até os anos de 1950 a região era pouco habitada, havia cerca de 50 casas, não existiam estradas, o transporte era feito de canoa pelo Rio Cachoeira. Os moradores plantavam, principalmente, feijão, arroz, banana e laranja para seu próprio consumo e para trocar com moradores de regiões próximas, por pinhão e erva mate. A partir dos anos de 1950 as estradas começaram a surgir para atender as usinas instaladas na região. Primeiramente instalou-se a Usina Hidrelétrica da Cotia² no Bairro Alto, que foi desativada pouco tempo depois, período em que se iniciou a construção da atual Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, inaugurada em 1971.



Placa de atrativo turístico na entrada do bairro Cachoeira (foto: os autores)

Saiba Mais

Na usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza trabalhou Enedina Alves Marques (1913-1961), a primeira engenheira negra do Brasil. Formada pela Universidade Federal do Paraná, foi a única mulher em uma turma com 32 homens, todos brancos.



*Enedina na sua formatura em 1945
(foto: arquivo de Glória Foohs)*

Dentre as 5 bacias que compreendem a baía do município de Antonina estão a Bacia do Rio Cachoeira que se destaca por ser a maior desse território. A extensão total do Rio Cachoeira é de 34,5 km, ele cruza vários territórios como Limoeiro, Cachoeira e Bairro Alto (ANTONINA, 2022).



Ponte sobre o Rio Cachoeira para acesso ao bairro (foto: os autores)

Em relação a composição étnica, essa região recebeu imigrantes libaneses e japoneses. Atualmente a região possui cerca de 180 casas, nas pequenas propriedades rurais são produzidos banana caturra, laranja, feijão, milho, arroz, ponkan, mandioca, palmito, hortaliças, pitaya e açaí, que é extraído da palmeira juçara.

O bairro conta com uma Unidade de Saúde que foi inaugurada em 2003, e dispõe de serviços médicos como ortopedista, dentista, psicólogo e assistente social com atendimento duas vezes na semana. Há também pousadas, mercados, uma associação de agricultores, uma cooperativa, uma igreja católica, quatro igrejas evangélicas e um campo de futebol.



Posto de saúde (foto: os autores)

A Associação dos Produtores Rurais de Antonina (ASPRAN) foi fundada em 1998 por agricultores insatisfeitos em ter que depender de atravessadores. Tiveram ajuda da EMATER-PR, conseguiram parcerias com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o Instituto Ambiental do Paraná (IAPAR) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), principalmente com orientações sobre a produção e comercialização do açaí, fruto da palmeira juçara.

A sede da associação conta com escritório, três cozinhas, área de serviço, depósito, sala de estoque e vestiários. As cozinhas são equipadas com fornos, batedeiras, freezers, máquina para embalagem das polpas, máquinas para fabricação dos pães, enfim, uma variedade de maquinários adquiridos por meio de projetos governamentais como o Coopera Paraná³ e da Feira da Partilha⁴. Além

do que já foi descrito, fazem parte do patrimônio da associação: dois caminhões, dois microtratores e uma Fiorino.



Placa na fachada da ASPRAN (foto: os autores)

A ASPRAN tem associados em Antonina e outras cidades como Morretes, Lapa, Colombo e Fazenda Rio Grande. São 156 famílias de pequenos agricultores, dentre as quais 100 são da região do Cachoeira. O forte da associação é o açaí de juçara, com o qual trabalham há mais de 18 anos e são os pioneiros dessa iguaria no Paraná.

A cozinha da associação é autorizada pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), nela ocorrem as produções de doces e geleias (são 43 sabores diferentes, inclusive orgânicos), de panificados (bolo, bolacha, macarrão caseiro) e os minimamente processados (abóbora e mandioca descascada, seleta de legumes).

Outras mercadorias como hortifruti, legumes, tubérculos e frutas são produzidas pelos associados e entregues à sede da associação para atender aos programas PNAE e PAA. O excedente é comercializado na Pedra⁵ da ASPRAN no Ceasa de Curitiba. Em suma, a associação tem cumprido seu papel na promoção do crescimento e desenvolvimento dos produtores rurais.



A associação comemora que o palmito pupunha foi inserido no cardápio da merenda escolar. Esse vegetal, rico em nutrientes, pode ser preparado de várias maneiras, por exemplo, em conserva, como ingrediente da seleta de legumes e em formato de macarrão espaguete.

Palmito pupunha comercializado pela ASPRAN (foto: facebook da ASPRAN)

Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger



Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Montagem elaborada pelos autores com a foto de: MST, 2022.

Há 7,5 km da escola Olímpia Breyer está localizada a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Trata-se de uma área ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 2004. Cerca de 30 famílias moram no acampamento que está dentro da APA de Guaraqueçaba no bairro Rio Pequeno.

A comunidade é relevante pelo papel que desempenha na



Marco na entrada da comunidade
(foto: os autores)

preservação do meio ambiente. Antes da ocupação essa área era utilizada para atividades que impactavam negativamente o solo. Os agricultores acampados recuperaram a área com práticas de cultivo a partir da agrofloresta e agroecologia, ou seja, sem utilização de agrotóxicos e associando a preservação da floresta com a produção de alimentos (FILHO; TORRES, 2019; MST, 2022).

Em 2017 a comunidade recebeu o prêmio Juliana Santilli como reconhecimento por sua atuação na conservação e ampliação da agrobiodiversidade (MST, 2017). Outro evento importante para a comunidade foi o lançamento do documentário “Agrofloresta é mais”⁶, que aborda a história e luta das famílias pela terra, a produção agroflorestal e orgânica de alimentos.

A comercialização dos produtos da comunidade é feita a partir da cooperativa “Filhos da terra” e também por meio de sacolas agroecológicas as quais são entregues na casa dos consumidores ou agendados para retirada. Além disso, alguns produtores são associados da ASPRAN e participam de programas como o PNAE e

o PAA.

Por fim, a área ocupada ainda continua sendo um acampamento, porém no ano atual de 2022 foi expedida pela juíza da comarca de Antonina, a decisão que pôs a situação a ser resolvida como perdas e danos para o ex-proprietário, o que significa que o antigo dono será indenizado e a posse das terras será da comunidade do MST. Com isso, a área se tornará um assentamento da reforma agrária.

A seguir, outros registros feitos no acampamento no dia da visita de nossa equipe.



411

Voices da Comunidade

Jamir Pereira



Jamir Pereira, 79 anos, descendente de libaneses, nasceu na comunidade, trabalhou com o pai que era proprietário de vários comércios na região. Nessa época não havia estrada e todo o transporte para o comércio de mercadorias e produtos agrícolas era feito de canoa pelo Rio Cachoeira. Na juventude o Sr. Jamir foi para São Paulo onde atuou como Mestre de Obras. Aposentado, voltou para o bairro Cachoeira em 2008. Na sua propriedade ele possui uma diversidade de produtos para consumo da família como ponkan, cajá-manga, lichia, pitanga, laranja, banana e horta. A produção de mandioca é para comercialização ou para produção de farinha que posteriormente é comercializada. Atua como tesoureiro na SAARA, associação que administra o abastecimento de água no Cachoeira. Relembra as dificuldades que passou para estudar, principalmente as longas distâncias de casa até a escola. Narra que estudou apenas até o 4º ano primário, (hoje quarto ano do Ensino Fundamental) mas sempre gostou de ler livros de história, de bang bang, fazer palavras cruzadas, pois acredita que é uma maneira de manter a mente saudável.

Sara Dalila Wandenberg dos Santos



Sara é moradora da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger desde 2007. Militante do MST, líder do Setor de Educação, é graduada em Pedagogia para Educadores e Educadoras do Campo (Pedagogia da Terra) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná desde 2012. Também possui especialização em Alternativas para uma Nova Educação pela Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Após passar um período difícil com a perda do pai, Sara conheceu o acampamento, onde pode se encontrar em família e em segurança. Ela busca retribuir esta oportunidade com suas contribuições. Atualmente Sara trabalha na secretaria dentro da comunidade, é um setor que organiza a parte administrativa, que são as vendas institucionais, e também tem a função de manter a conexão com a comunidade externa no que diz respeito às lutas das quais fazem parte.

“Estamos vivendo um momento auge, é um momento de concretização da nossa luta pela terra. A nossa área passou a ter uma definição jurídica, então nós estamos num momento significativo do ponto de vista da permanência das famílias da continuidade e das atividades que já estão sendo feitas no nosso espaço, nas áreas no nosso território. Uma temporalidade histórica e significativa para nós”.



Escola Rural Municipal Professora Olímpia Breyer

A Escola Rural Municipal Professora Olímpia Breyer está localizada na Rua Principal, sem número, Bairro Cachoeira. A distância entre a entrada do bairro na PR-340 até a escola é de aproximadamente 3 quilômetros e apenas metade do trecho possui pavimentação. Nas proximidades da escola estão algumas residências e o posto de saúde. Em frente, existe um imenso terreno vazio, o que possibilita uma linda vista para a Mata Atlântica.



Rua da escola (foto: os autores)



Vista do terreno em frente à escola (foto: os autores)

A escola foi criada em 1977, era uma construção pequena, de madeira e atendia classes de ensino fundamental em turmas multisseriadas. Posteriormente a escola foi reconstruída em alvenaria, sua estrutura contava com uma sala e dois banheiros. A autorização de funcionamento de acordo com a legislação vigente foi expedida pela Secretaria do Estado da Educação por meio da Resolução nº 3070 de 1982.

Em 1999 ocorreu a nuclearização, a escola foi reconstruída para atender aos estudantes da região do Copel, Mergulhão, Bairro Alto, Rio Pequeno, Barra, Rio do Nunes e Cacatu. Essa mudança teve como objetivo extinguir o ensino multisseriado oferecido nas pequenas escolas rurais, além disso, centralizar o ensino básico da região na Escola Olímpia Breyer foi uma maneira de proporcionar aos estudantes a mesma estrutura das escolas urbanas. Nesse

contexto a escola foi reinaugurada e hoje conta com 1 diretoria, 1 secretaria, 1 sala da equipe pedagógica, 1 sala de recursos, 6 salas de aula, 1 laboratório de informática, 1 depósito de material de limpeza, 1 despensa, 1 refeitório, 1 quadra de esportes coberta, 1 cozinha, 1 sanitário dos professores e 3 sanitários para estudantes. Essa instituição oferta a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.



Fachada da Escola Rural Municipal Professora Olímpia Breyer (foto: os autores)



Estrutura interna da escola (foto: os autores)



Parquinho no pátio da escola atual e ao fundo a escola antiga, antes da nucleação (foto: os autores).

O nome da escola é uma homenagem à professora Olímpia Breyer, uma educadora da cidade. A Equipe pedagógica/administrativa é composta por uma diretora, uma pedagoga e uma secretária. O corpo docente da escola em 2022 é formado por 11 professoras. Nenhuma delas com formação voltada para a educação do campo. Quanto aos estudantes são 187 matriculados. Trata-se de um grupo heterogêneo no que se refere a composição familiar. São oriundos das comunidades rurais ao entorno, inclusive do acampamento do MST. A fonte de renda das famílias vem da agricultura, aposentadoria e serviços de assistência como o Bolsa Família.

Antonina tem um grande diferencial no atendimento as crianças, trata-se do projeto Música nas Escolas. É um convênio firmado

entre a Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação e a Filarmônica Antoninense desde 2009. Os professores são formados pela Filarmônica, ministram uma aula por semana para estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.



421

Desafios da Comunidade Escolar

As problemáticas que a escola precisar lidar estão relacionadas à distorção idade/ano/série, ao acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos, alguns espaços inadequados na estrutura da escola e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Quanto aos espaços, trata-se da biblioteca, que funciona dentro da sala dos professores, além disso, os computadores da sala de informática não estão funcionando. A construção de uma sala para Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das metas da Secretaria de Educação, tendo em vista o grande número de alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Outra questão a se considerar é o fato de a escola não ser adaptada. Essa é uma preocupação da equipe gestora, se adequar a legislação no que se refere a inclusão e assim poder receber os estudantes com necessidades especiais que farão parte da instituição.



Nossa equipe reunida com a diretora Neuzicleia em uma das salas da escola (foto: os autores)

Cultura, tradições, saberes e fazeres da comunidade

A comunidade Cachoeira é caracterizada pelas produções agrícolas, festas religiosas e o ecoturismo. Ao longo dos anos, a região recebeu novos agricultores que trouxeram outras opções de produtos que foram agregados ao que já era cultivado. Por exemplo, o plantio de pitaya e açaí, que é extraído da palmeira-juçara. A partir desses frutos pode-se produzir geleias, doces, sucos e também são utilizados em diversas receitas. A ASPRAN organizou nos anos de 2008 até 2011 a “Festa do Açaí”, realizada no mês de maio, que é o mês da colheita. Reuniam-se produtores de Antonina e do Pará. Era uma mescla entre a cultura antoninense e paraense que encontravam em comum a produção do açaí. Nessas comemorações havia uma diversidade de comidas típicas como: vatapá, açaí com farinha, pupunha, pato no tucupi entre outras, além da venda de artesanato.

A festa religiosa mais tradicional na região de Cachoeira é a do Divino Espírito Santo que acontece todo ano no mês de junho na Igreja Católica. Os fiéis rezam a missa e participam de um almoço no salão da igreja. Esse evento reúne devotos locais e também de outros bairros da cidade.



Cartaz de
divulgação da
Festa do Açaí

Conforme já abordado no primeiro tópico deste caderno, a comunidade faz parte do Portal Vale do Gigante, dentro da Grande Reserva da Mata Atlântica, região propícia para o incentivo do turismo ecológico⁷. É uma área que conta com belas paisagens, trilhas pela natureza que dão acesso a rios, cachoeiras, piscinas naturais e sítios históricos. O vale do Gigante chama a atenção pelas montanhas e pela biodiversidade que nas últimas décadas têm instigado a visita de turistas e se tornado sede de competições de canoagem, caiaque, circuitos de corrida e caminhada ao seu entorno. As atividades que podem ser realizadas estão organizadas no quadro a seguir.

Esportes:

- O Rio Cachoeira é indicado para a prática de esportes radicais, como rafting, bóia cross e canoagem.
- É possível praticar montanhismo.
- Vista impressionante do Pico Paraná.
- Durante o ano existem eventos, circuitos e provas como: “Circuito Summit do Correr e Nadar, etapa Desafio do Gigante” e “Encontro Paranaense de Kayak Extremo”.



(foto: OFC Rafting)

Natureza:

- Pode-se observar e fotografar as aves. São mais de 400 espécies vivendo no local, entre as mais raras está o bicudinho-do-brejo, outros exemplos são tiê-sangue, a saíra-militar, a saíra-sete-cores, a saíra-ferrugem, a jacutinga e o macuco.
- Existem trilhas e caminhadas na natureza que dão acesso a sítio arqueológico, sítio histórico, mirante, rios, cachoeiras e piscinas naturais.
- Por ser um lugar composto por belas paisagens e um ambiente calmo, é possível praticar yoga ao som das águas das cachoeiras e com o canto dos pássaros.



(foto: Diego Silva)



Pássaro Alma de Gato (foto: Nivaldo Cavallari)



Jacutinga (foto: Nivaldo Cavallari)

Gastronomia:

- Produção de alimentos, como pitaya, açaí, palmito pupunha, mandioca, banana, ingredientes essenciais que compõem os pratos típicos da cidade e que são encontrados nos restaurantes locais.
- Também é onde fica localizada a sede da associação dos agricultores de Antonina, no local são comercializados os produtos feitos pelos agricultores associados.



Pupunha assada (foto: facebook Aspran)

Além disso, acontecem pequenos campeonatos de futebol amador no campo construído pelos moradores do bairro, ele foi feito com foco em incentivar a coletividade ao reunir as crianças, jovens e adultos para momentos de lazer dentro da comunidade.



Campinho da comunidade (foto: os autores)

Devido a falta de um local próprio para a realização de eventos no bairro, há um projeto para que futuramente seja construído um espaço de tradições para unir os moradores e motivar a realização de festas próprias da região.

Outras questões e demandas por melhorias

O serviço de tratamento e abastecimento de água do bairro Cachoeira é realizado pela SAARA (Associação microssistema de abastecimento de água de Cachoeira), formado por moradores locais. Foi implantado há mais de 50 anos na comunidade, o Governo do Estado do Paraná concedeu o material e a própria comunidade realizou a mão de obra. Hoje a associação conta com a participação da prefeitura municipal de Antonina que fornece o cloro. A associação possui um presidente e um tesoureiro que ocupam o cargo desde 2017. Os associados pagam uma tarifa fixa de R\$10,00. A inadimplência é um problema enfrentado pela equipe gestora da associação pois impede o investimento em melhorias. Dentre as melhorias necessárias está a expansão da rede. Inicialmente eram atendidas cerca de 40 casas, atualmente são 180 em Cachoeira e outros bairros da região.

A região do Cachoeira possui iluminação pública e patrulha rural de policiais que fazem a segurança da comunidade. Quanto ao transporte público, existem linhas de ônibus que funcionam de segunda a sexta-feira às 6h00, 8h00 e 13h00 saindo do bairro Cachoeira e às 18h00 partindo da rodoviária. Aos sábados funcionam às 6h00, 8h00 e 12h00.

Recentemente a estrada de terra foi asfaltada da ponte que passa sobre o Rio Cachoeira até a frente da escola municipal. A obra foi realizada com recursos do Governo Federal por meio de um projeto elaborado pela vice-prefeita Rozane Maristela Bene-

detti Osaki que na época atuava como vereadora. Já a ponte foi reformada pela comunidade em parceria com a prefeitura que forneceu os materiais. No entanto, o trajeto da PR 340 até a ponte ainda não possui pavimentação, a comunidade carece de maior extensão do asfalto nesse e em outros trechos do bairro.



Uma das ruas do bairro em que falta pavimentação (foto: os autores)

Agradecimentos

Este Caderno Pedagógico foi elaborado com ajuda da comunidade e a partir da comunidade. Muitas colaborações foram feitas para que esse material fosse construído.

Agradecemos ao secretário municipal de educação em Antonina, Sandro Rafael Martins que possibilitou nossa aproximação com as professoras das Escolas Rurais. Além disso, juntamente com Fabiana das Graças Souza Cerqueira nos recebeu na sede da secretaria.

Agradecemos a diretora da Escola Rural Municipal Professora Olímpia Breyer, Neuzicleia Pilar Correa que nos recebeu na escola, compartilhou suas experiências e agendou nossa conversa com o morador da comunidade.

Agradecemos a Luciana de Souza e Rozane Maristela Benedetti Osaki, representantes da ASPRAN que conversaram conosco sobre a história da associação e seus produtores, além de informar os projetos implementados nos últimos anos.

Agradecemos a Jamir Pereira, morador antigo da comunidade que conversou conosco, compartilhando suas histórias e desafios.

Agradecemos a Sara Dalila Wandenberg dos Santos e demais assentados que nos receberam na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e compartilharam suas histórias, planos e sonhos futuros.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste caderno, nós agradecemos!

Os autores.



Notas

¹ Site oficial da Grande Floresta Mata Atlântica <http://grandereservamataatlantica.com.br/>

² Conhecido atualmente como Piscina dos Elefantes, o lugar é rota para atividades como caminhada e montanhismo.

³ É um Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná. Mais informações: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Coopera-Parana>

⁴ Feira de produtos importados apreendidos e doados pela Receita Federal para benefícios de organizações não lucrativas. @feiradapartilhaoficial (https://m.facebook.com/pg/feiradapartilha/about/?ref=page_internal&mt_nav=0)

⁵ Áreas menores, sem estruturas fixas, sendo mais baratas e geralmente destinadas ao comércio de legumes e vegetais são comumente chamadas de “pedras”. As áreas são concedidas aos comerciantes, também chamados “permissionários” por meio de licitações. Fonte: https://www.agric.com.br/comercializacao/o_que_e_ceasa.html

⁶ Documentário “Agrofloresta é mais” disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/lancado-o-documentario-agrofloresta-e-mais>.

⁷ Acesse o banner digital para mais informações turísticas: <https://grandereservamataatlantica.com.br/documentos/>



Referências

ANTONINA. **Revisão do Plano Diretor de Antonina/PR - Análise Temática Integrada Parte 1.** Antonina: FEPEF, p. 53, 2022. Disponível em: http://antonina.pr.gov.br/pagina/232_Plano-Diretor.html. Acesso em ago, 2022.

FILHO, Ener Vaneski; TORRES, Katya Isaguirre. **Estado de injustiça e conflito socioambiental: o caso do Acampamento José Lutzenberger.** Raega - O Espaço Geográfico em Análise, v. 46, n. 2, p. 88-100, mai. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/58105/38740>. Acesso em: ago, 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Agrofloresta, barreado e fandango: comunidade do MST une cultura camponesa e caçara no Paraná.** 04 jan. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/04/agrofloresta-barreado-e-fandango-comunidade-do-mst-une-cultura-camponesa-e-caicara-no-parana/>. Acesso em: ago, 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **MST ganha prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade.** 26 set. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/09/26/mst-ganha-premio-juliana-santilli-de-agrobiodiversidade/>. Acesso em: ago, 2022.





Esta obra foi composta nas
tipografias Mosk e suas famílias,
em Outubro de 2022.

